

## **mídia e promoção da leitura literária para crianças e adolescentes**

Uma Análise da Cobertura Realizada  
por 40 Jornais Brasileiros



# mídia e promoção da leitura literária para crianças e adolescentes

---

Uma Análise da Cobertura Realizada  
por 40 Jornais Brasileiros

Realização:

movimento por um Brasil literário  
*m* **B**<sup>i</sup>*rasil*  
*lit*

**ANDI** Comunicação  
e Diretor



# **mídia e promoção da leitura literária para crianças e adolescentes**

---

## **Uma Análise da Cobertura Realizada por 40 Jornais Brasileiros**

*Uma versão preliminar deste paper foi divulgada durante a edição de 2010 da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), como parte da programação da Casa Brasil literário.*

*Para subsidiar as análises, foram realizadas entrevistas com Áurea Alencar (ex-gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A), Bartolomeu Campos de Queirós (escritor), Cida Fernandez (integrante da Equipe de Educação do Centro de Cultura Luiz Freire), Elizabeth D'Angelo Serra (secretária-geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil) e Patrícia Lacerda (gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A). Os diálogos aconteceram entre outubro e janeiro de 2010.*

*Além disso, para elaboração do presente documento foi utilizado como subsídio o artigo “Leitura literária para uma sociedade melhor”, de Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini, preparado exclusivamente para fornecer insumos para esta iniciativa.*

*O projeto “Mídia e Promoção da Leitura Literária para Crianças e Adolescentes” é uma parceria entre a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Movimento por um Brasil literário e o Instituto C&A. Seu objetivo é contribuir para a qualificação da abordagem jornalística acerca dos temas relativos à promoção da leitura literária para crianças e adolescentes no Brasil.*

*Abril de 2011*

## Apresentação

---

Em um contexto no qual a leitura é, cada vez mais, reconhecida como aspecto central para a promoção da cidadania e de uma sociedade plenamente democrática, o Brasil também começa a dedicar atenção ao papel social da literatura. Manifestar e dar corpo às suas capacidades inventivas é um direito de cada indivíduo, que começa a ser garantido desde os primeiros anos de vida.

Sabemos, também, que para o fortalecimento das políticas públicas da área o debate não pode ficar limitado a um número restrito de atores – nem, tampouco, confinado aos habituais interlocutores das áreas da educação e da cultura. Neste sentido, os meios de comunicação cumprem um papel importante com a finalidade de garantir visibilidade ao tema, de forma contextualizada, mas também com a intenção de cobrar avanços em relação aos diversos aspectos desta agenda.

A presente publicação traz os principais resultados da pesquisa “Mídia e promoção da leitura literária para crianças e adolescentes”, que analisou a cobertura sobre o tema da leitura de literatura em 1.489 reportagens, artigos, colunas, editoriais e entrevistas publicados nos mais importantes jornais diários brasileiros entre 2008 e 2009.

Esperamos oferecer, com os dados disponibilizados a seguir, uma ampla radiografia da cobertura noticiosa sobre a questão, de forma a contribuir para uma visão mais clara dos desafios que se colocam para o processo de fortalecimento do debate público em torno dos programas e das políticas da área.

Compreendendo a comunicação como elemento essencial para a agenda do desenvolvimento sustentável, reconhecemos que um diálogo construtivo com as redações e o acompanhamento crítico do trabalho da imprensa são fundamentais para a construção de uma sociedade leitora e de um Brasil literário.

Boa leitura, portanto!

---

**Realização**

Movimento por um Brasil literário e ANDI

**Parceria**

Instituto C&A

**Supervisão editorial**

Veet Vivarta

**Revisão crítica**

Maria Carolina Trevisan

**Coordenação de pesquisa e texto**

Fábio Senne

**Consultoria**

Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini

**Entrevistados**

Áurea Alencar, Bartolomeu Campos de Queirós, Cida Fernandez,  
Elizabeth D'Angelo Serra e Patrícia Lacerda

**Entrevistas**

Ricardo Corredor e Fábio Senne

**Pesquisadores**

Thais Malheiros, Marcos Alvarenga, Bruno Couto,  
Bruno Vaz, Hermes Pena e Kátia Sens

**Revisão gramatical**

Paulo Henrique de Castro

**Projeto gráfico**

Leon Prado

**Diagramação**

Érica Santos

---

# Índice

---

Introdução:	
Mídia e promoção da leitura literária .....	8
Radiografia do noticiário .....	13
Leitura Literária:	
Principais temas na agenda .....	21
Elementos de contextualização:	
Informação de qualidade .....	36
Um olhar sobre a pluralidade:	
Públicos específicos e atores presentes .....	43
Para entender a pesquisa .....	55
Anexos .....	57
Contatos .....	58

---



## Introdução: Mídia e promoção da leitura literária<sup>1</sup>

*É no mundo possível da ficção que o homem se encontra realmente livre para pensar, configurar alternativas, deixar agir a fantasia. É na literatura que, liberto do agir prático e da necessidade, o sujeito viaja por outro mundo possível. Sem preconceitos em sua construção, daí sua possibilidade intrínseca de inclusão, a literatura nos acolhe sem ignorar nossa incompletude.*

**Manifesto por um Brasil literário**

Desde seu surgimento, o livro desempenha uma função democratizante na sociedade. Para o escritor Bartolomeu Campos de Queiroz, este atributo da leitura de literatura é inerente ao ato de ler. *“Não é possível limitar o que o sujeito lê. O sujeito-leitor ganha liberdade diante deste texto. Ler é experimentar a liberdade de pensar, de conjecturar, de refletir sem limites. A leitura literária é libertadora. Não se consegue botar rédeas em um texto, de maneira nenhuma”*, reitera.

Essa função democratizante também se dá porque o poder da leitura e da difusão do conhecimento propiciado pelo contato com os livros de literatura ultrapassa em muito as transformações individuais: o leitor tende a socializar a experiência, a compreender o outro, a refletir e a pensar o mundo, a cotejar as conclusões com as de outros leitores e a discutir preferências. Como reiteram as pesquisadoras Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini, *“a leitura estimula o diálogo, por meio do qual se trocam resultados e confrontam-se gostos. Portanto, não se trata de uma atividade egocêntrica ou narcisista, se bem que, no começo, exercida solitariamente; depois, aproxima as pessoas e coloca-as em situação de igualdade, pois todos estão capacitados a ela”*.<sup>2</sup>

Não é por acaso que, em várias oportunidades ao longo da história, podemos identificar momentos em que o controle da produção e do acesso aos livros é política central de dominação do Estado. A máxima “conhecimento é poder”, neste caso, pode explicar a circunscrição dos livros às bibliotecas monacais na Idade Média, a proibição da instalação de gráficas no período Absolutista e os usos da literatura “ideologicamente manipulada” nos tempos modernos.<sup>3</sup>

Na atualidade, todavia, cresce o reconhecimento, entre as mais diversas nações, de que o acesso aos livros e à leitura representa um elemento essencial para a participação social e até mesmo para uma relação de sustentabilidade com o planeta. Bartolomeu Campos de Queiroz é enfático ao associar a leitura literária à relação

1. O uso de um idioma que não discrimine e nem marque diferenças entre homens e mulheres ou meninos e meninas é uma das preocupações dos autores. Porém, não há acordo entre os linguistas sobre a maneira e como fazê-lo. Portanto, com o propósito de evitar a sobrecarga gráfica para marcar a existência de ambos os sexos em língua portuguesa, optou-se por usar o masculino genérico clássico na maioria dos casos, ficando subentendido que todas as menções em tal gênero representam homens e mulheres.
2. ZILBERMAN, Regina; BORDINI, Maria da Glória. **Leitura literária para uma sociedade melhor**, 2010. (Mimeo).
3. Idem.

que se estabelece com a vida social. “*Na medida em que você lê, também se torna um leitor do mundo. Você não apenas lê aquilo que está escrito, mas se sensibiliza para fazer constantemente uma leitura de seu entorno, de seu mundo. E na medida em que você vai lendo o mundo, vai verificando aquilo que falta, o que sobra. E você, indiscutivelmente, vai atuar no mundo dentro desta perspectiva*”.

Os livros são, ademais, fundamentais para a garantia de direitos sociais básicos e o desenvolvimento da pessoa humana – como trabalho, renda e educação. Em suma, os livros fortalecem o pleno exercício da cidadania. Zilberman e Bordini lembram, neste sentido, que na liberdade de escolha está o núcleo do papel da leitura literária na formação de uma consciência cidadã. “Só escolhe aquele que tem alternativas e informação prévia”.<sup>4</sup>

## Por um país de leitores

Ainda que não existam dúvidas sobre a centralidade da leitura de obras literárias para a vida das pessoas e para o contexto social mais amplo, dados recentes indicam que é preciso avançar muito para a constituição de uma sociedade leitora em nosso país.

A pesquisa *Retratos da Leitura do Brasil*, lançada em 2008, constatou que 45% da população é constituída por não leitores. Considerando-se a elevada exclusão social, econômica e cultural que nos caracteriza, este cenário se torna mais perverso a partir da perspectiva da grande maioria de crianças e adolescentes que são socializados num ambiente distante da literatura e acabam alijados das experiências únicas que ela pode proporcionar.

A alteração deste quadro requer, contudo, um esforço de todos os setores da sociedade e o investimento no aprimoramento das políticas públicas, de forma que atendam a estes objetivos. As iniciativas de fomentar o acesso aos livros, desenvolver ações sustentáveis de formações de leitores, mediadores de leitura e professores, assim como fortalecer as bibliotecas enquanto espaços por natureza de estímulo à leitura literária estão entre as ações que merecem grande atenção.

Desde o século XIX, marco para as primeiras ações sistemáticas de difusão do livro, passando pelos recentes avanços obtidos no período da redemocratização, podemos identificar um crescente envolvimento de diferentes atores sociais – Estado, sociedade civil organizada, empresas – na priorização de ações de promoção da leitura.

Esse compromisso mais amplo da sociedade vem, inclusive, se refletindo em resultados concretos. Um bom exemplo está na aprovação da Lei nº 12.244, no primeiro semestre de 2010, que determina a criação de bibliotecas em escolas públicas e privadas de todos os níveis. Também podemos identificar, nesse contexto, a tendência de consolidação do mercado editorial e um maior espaço para o autor brasileiro.

É em tal cenário que se insere o Movimento por um Brasil literário – uma articulação de organizações e indivíduos atuantes na promoção da leitura de literatura. Trata-se de um espaço plural de convergências para mobilizar, reunir, provocar discussões e dar visibilidade às ações já realizadas pelos diversos participantes.

4. Ibidem.



Por fim, cabe ressaltar como ponto de partida de ações de promoção da leitura de literatura o foco prioritário no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes – que se mostra um investimento indispensável para a consolidação de uma sociedade leitora. Ainda que, como veremos, a análise apresentada neste documento permita reflexões sobre a leitura em geral, o ponto de vista da infância foi adotado como elemento central para as opções metodológicas realizadas e para as ações que serão desenvolvidas no marco deste projeto.

## LEITURA LITERÁRIA EM CENA

Se, por um lado, é mais evidente que a capacidade da leitura se apresente como direito fundamental e como condição para o exercício da democracia, por outro, nem sempre se compreende o papel que as obras literárias exercem no sentido de suprir a inerente necessidade humana de manifestar e dar corpo às nossas capacidades inventivas. Para além de possíveis resultados pragmáticos, o encantamento e a capacidade de sonhar proporcionados pela leitura de obras literárias restauram um ponto de vista reflexivo sobre “outro mundo possível”.<sup>5</sup>

Ou seja, a leitura do texto literário se apresenta como “atividade sintetizadora”, permitindo ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade, sem perder de vista sua subjetividade e história. *“O leitor não esquece suas próprias dimensões, mas expande as fronteiras do conhecido, que absorve através da imaginação e decifra por meio do intelecto. Por isso, trata-se também de uma atividade bastante completa, raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial”*.<sup>6</sup>

A jornalista e escritora Ana Maria Machado lembra que a relação entre o leitor e o livro caminha em outra esfera, diversa do âmbito do utilitário e do necessário. Também não pode ser confundida obrigatoriamente com o acesso a textos divertidos, leves ou engraçados. Relaciona-se, sim, com um espaço amplo de escolhas e de liberdade, *“um movimento de entrega, de recusa ao jogo de dominar ou ser dominado, de se deixar ir à deriva [...] No fundo, é a grande curtição de ler”*.<sup>7</sup>

## Fortalecendo o debate público

Os necessários avanços nesta agenda também dependem do fortalecimento do debate público sobre o tema, e é neste sentido que a imprensa é ator fundamental. Os meios de comunicação têm, reconhecidamente, a capacidade de propiciar que fatos sociais adquiram *status* de “problema público”, e, conseqüentemente, entrem na “pauta do dia” das autoridades decisórias.<sup>8</sup>

5. Manifesto do Movimento por um Brasil literário, 2009.

6. ZILBERMAN, Regina; BORDINI, Maria da Glória. **Leitura literária para uma sociedade melhor**, 2010. (Mimeo).

7. MACHADO, Ana Maria. Alguns equívocos sobre a leitura. In: **Nos caminhos da literatura**. São Paulo: Petrópolis, 2008.

8. SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas**; coletânea. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-43. p. 33.

A mídia pode, portanto, fomentar o debate público sobre as políticas de acesso à leitura e, por conseguinte, contribuir para o aprimoramento das iniciativas nesta área, gerando impactos positivos sobre a formação de crianças e adolescentes e sobre o desenvolvimento social do Brasil como um todo.

É neste contexto que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Movimento por um Brasil literário e o Instituto C&A desenvolvem o projeto “Mídia e promoção da literatura para crianças e adolescentes”.

Com suas primeiras atividades realizadas em março de 2010, a iniciativa tem o objetivo de contribuir para a qualificação da abordagem jornalística acerca dos temas relativos à promoção da leitura literária para crianças e adolescentes no Brasil. Além de uma análise inédita da cobertura sobre o tema em 40 diários de todo o país (apresentada a seguir em linhas gerais), a proposta inclui ações de diálogo com as redações, buscando ampliar tanto o leque de aspectos temáticos quanto a diversidade de fontes de informação à disposição dos jornalistas (*para detalhes sobre a metodologia de pesquisa, ver a página 55*).

## A leitura literária e o jornalismo

A análise detalhada e comparativa do tratamento editorial dedicado ao universo da leitura literária tem como pano de fundo o fortalecimento de alguns dos papéis centrais da mídia nos regimes democráticos:

- Ser pluralista na construção de uma agenda de debates, contribuindo para que temas relevantes para o desenvolvimento humano alimentem a esfera pública de discussões a partir do posicionamento (e da legitimação) de um maior número de atores;
- Oferecer informação confiável e contextualizada, para que os cidadãos e as cidadãs possam participar ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de seus direitos;
- Exercer *accountability* em relação ao Estado e às políticas públicas, de forma a colaborar para que os governantes (e também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsáveis em relação aos processos de formulação, execução e avaliação de ações e programas.

## Agendando temas e perspectivas

A capacidade de influenciar a agenda pública é um dos papéis mais relevantes dos meios de comunicação. Frequentemente, os assuntos do noticiário se tornam focos prioritários dos decisores públicos – e dos atores sociais e políticos –, influenciando sobremaneira suas linhas de atuação. Em contrapartida, assuntos “esquecidos” pelos jornalistas dificilmente têm atenção da sociedade e dos governos.



A discussão sobre a influência dos meios de comunicação na pauta pública está ancorada na Teoria do Agendamento (ou, em inglês, *Agenda-setting*), segundo a qual o noticiário contribui para moldar a discussão dos temas políticos e da agenda social. Esse debate perpassa também o que estudiosos denominam de “enquadramento” da cobertura – os padrões interpretativos embutidos nas matérias (a abordagem central, as visões de mundo que transmitem ou as fontes de informação ouvidas, por exemplo).

Assim, ao focar aspectos específicos de uma questão e destacá-los nas notícias, os comunicadores ajudam a construir a maneira como o público a interpreta. O jornalismo passa a ter impacto nos processos políticos de deliberação e decisão, ajudando a definir os tópicos que são reconhecidos como problemas sociais, quem são os responsáveis por eles e o que deveria ser feito para solucioná-los.

## A importância do contexto

Os profissionais do jornalismo têm uma enorme responsabilidade social: levar para todos os cidadãos e cidadãs informações de qualidade sobre questões de interesse coletivo. Muitas vezes, é somente pela imprensa que a população toma conhecimento de serviços públicos ou de seus direitos – inclusive o de participar na definição das prioridades relativas às políticas sociais.

*“Em muitos países em desenvolvimento, com altas taxas de analfabetismo e ignorância sobre assuntos básicos de importância nacional, a mídia tem o dever de informar os cidadãos, esclarecê-los sobre temas políticos, econômicos e sociais – além de estimulá-los a assumir uma postura de participação ativa no processo de governança”*, diz Edetaen Ojo, diretor executivo da organização não-governamental Media Rights Agenda.

## Fiscalizando as políticas públicas

Exercer o controle social sobre as iniciativas públicas é outro eixo do bom jornalismo. A cobertura tem a capacidade de atuar como olhos e voz independentes no acompanhamento das políticas públicas – dos programas, dos projetos e das ações com foco em setores de interesse da sociedade.

Essa prática dos meios de comunicação é chamada de “papel fiscalizador”. Usa-se, muitas vezes, o termo “cão-de-guarda” (*watchdog*, na tradição norte-americana e inglesa) para indicar o potencial do noticiário em alertar a sociedade sobre equívocos e acertos dos governos e das demais instituições centrais para a vida democrática do país.

De maneira geral, denúncias contra o Estado divulgadas na mídia tendem a apresentar resultados mais rápidos. A função fiscalizadora também contribui para que desrespeitos aos direitos humanos, em grande escala, ocorram com menos frequência. Em seu argumento clássico, o prêmio Nobel de Economia Amartya Sen afirma que nas democracias cuja imprensa é livre não se registram episódios massivos de fome, porque as notícias gerariam uma crítica tão contundente que enfraqueceria o governo.

## Radiografia do noticiário

Antes de vislumbrarmos os aspectos específicos do tratamento editorial dado ao tema da leitura literária, cabe uma visão panorâmica sobre o conteúdo analisado. Sempre que possível, os números serão ilustrados com depoimentos de especialistas em promoção da leitura e literatura – especialmente entrevistados para esta pesquisa.

A presente pesquisa teve como meta central traçar o perfil quantitativo e as principais tendências qualitativas da cobertura sobre leitura literária, tendo como público central crianças e adolescentes. Para tanto, foi avaliada a produção de 40 jornais impressos brasileiros sobre o tema, entre os anos de 2008 e 2009.

Foi selecionada uma amostra de notícias a partir de uma lista de palavras-chave pré-definida, que permitiu recolher as reportagens, as colunas, as entrevistas, os editoriais e os artigos, relacionados ao tema central da investigação. Observados os procedimentos metodológicos, foram analisados em detalhes 1.489 textos, sendo 524 publicados em 2008 e 965 em 2009.



### CARACTERÍSTICAS GERAIS

Um primeiro indicador da forma como um determinado tema se apresenta na mídia noticiosa é a intensidade com que aparece nas páginas dos jornais. Dos 1.489 textos analisados pela pesquisa, podemos notar uma tendência de crescimento quantitativo de 2008 para 2009 – conforme vemos no Gráfico 01.

Ainda que os dados quantitativos mereçam ser cotejados em paralelo com aspectos qualitativos – que serão abordados em seguida –, o substancial aumento na quantidade de notícias publicadas sobre leitura literária indica que há espaço para a ampliação da visibilidade do tema.

Além disso, durante o período analisado, por outro lado, não são verificadas grandes quedas ou alterações bruscas ao longo dos trimestres, o que indica uma cobertura mais cotidiana e menos sazonal. Pontos que merecem destaque:

- Aumenta, também em 2009, a produção dos jornais de abrangência nacional<sup>9</sup> – o que certamente contribui para o crescimento do conjunto de matérias ao longo do ano. Enquanto a quantidade média de notícias dos jornais regionais e econômicos permanece estável, o número dos jornais de abrangência nacional passa de 19,5 em 2008 para 52,5 em 2009 – como vemos na Tabela 01.
- O avanço no número de notícias em 2009 ocorre simultaneamente em todas as regiões. Chamam a atenção, em particular, os dados dos jornais editados na Região Sul, que contam com as maiores médias de notícias sobre leitura literária por diário – como mostra a Tabela 02.

9. Por convenção, serão considerados veículos de abrangência nacional o Correio Braziliense (DF), a Folha de S. Paulo, O Globo (RJ) e O Estado de S. Paulo. Entre os veículos sobre economia, foram pesquisados a Gazeta Mercantil e o Valor Econômico. Os demais diários são considerados de abrangência regional.



Gráfico 01 - Quantidade de textos analisados por semestre

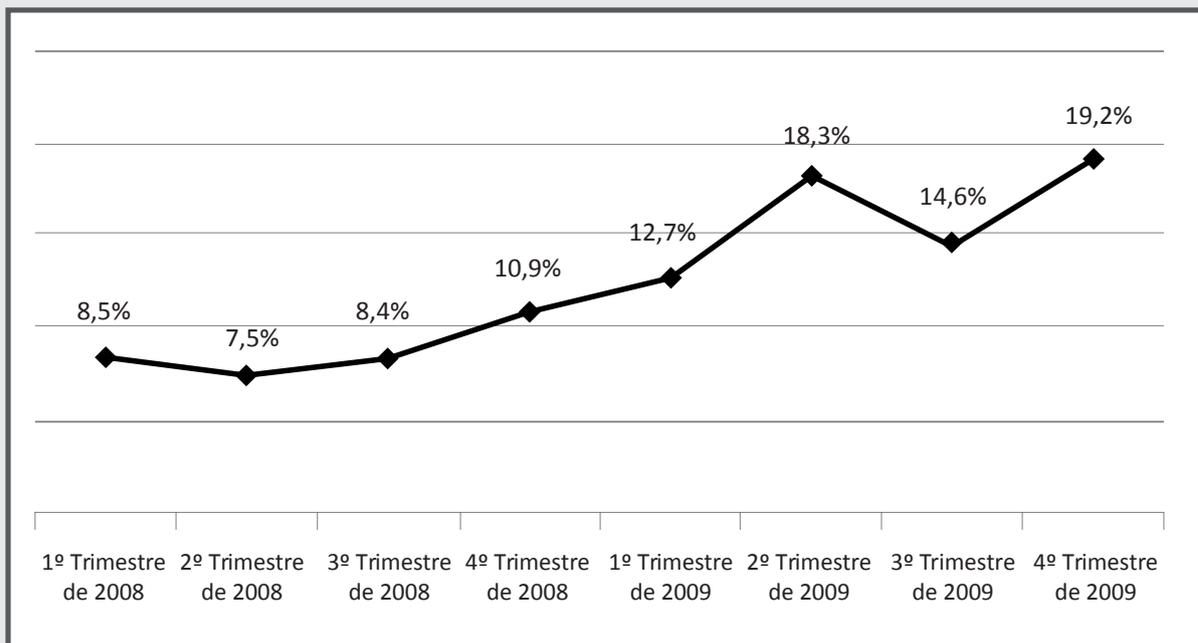


Tabela 01 – Distribuição das notícias pela abrangência dos veículos

	Nº de notícias		% de notícias na amostra		Nº médio de notícias por jornal	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Jornais de abrangência nacional	210	78	21,80%	14,90%	52,5	19,5
Jornais regionais	745	439	77,20%	83,80%	12,9	12,9
Jornais econômicos	10	7	1,00%	1,30%	5	3,5
Total	965	524	100,00%	100,00%	24,2	13,1

Tabela 02 – Distribuição das notícias por Região<sup>10</sup>

	% de notícias na amostra		nº médio de notícias por jornal	
	2009	2008	2009	2008
Sul	23,7%	23,3%	38,17	20,33
Sudeste	30,4%	23,5%	26,64	11,18
Nordeste	24,6%	32,3%	19,75	14,08
Norte	6,5%	6,5%	12,60	6,80
Centro-Oeste	14,8%	14,5%	23,83	12,67

10. A classificação por região está baseada na localização da sede do veículo pesquisado, seja ele de abrangência nacional, regional ou sobre economia.

## Localização geográfica

Onde estariam localizados os principais projetos e ações de promoção da leitura identificados pela cobertura noticiosa? Certamente, um dos aspectos mais importantes para o exercício de análise do conteúdo produzido pela imprensa é a verificação da localidade majoritariamente indicada pelo texto, ou seja, a partir de onde fala a notícia analisada. Ao enquadrar as discussões sobre o tema da leitura literária em determinadas regiões, os jornalistas contribuem para a definição do escopo dos problemas que devem ser enfrentados – sejam eles de origem global, internacional, nacional ou regional.

Em linhas gerais, há uma concentração nos debates a respeito do Brasil (92,8%) em detrimento de uma cobertura de fatos internacionais – que nem sempre envolvem um processo de apuração expressiva dos veículos e são bastante dependentes de agências de notícias.<sup>11</sup>

O privilégio dado às questões nacionais, por outro lado, está associado a uma grande cobertura no plano local. Um exemplo que comprova esta configuração é o fato de que, nas notícias focadas no Brasil, nota-se uma grande concentração no âmbito municipal (56,8% em 2008 e 53% em 2009). Este dado indica uma tendência de repercussão de ações e políticas oriundas de iniciativas capitaneadas pelos governos municipais ou pela incidência localizada de organizações da sociedade civil e de empresas.

Para Áurea Alencar, gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A, o espaço dado aos debates mais pontualmente localizados refletem a configuração das políticas públicas da área. A analista entende que, por mais que sejam identificados avanços recentes, não há, efetivamente, uma política nacional de leitura implantada. *“São mais programas instaurados do que políticas públicas de leitura. Por isso há alternância e lacunas: programas que são implantados e depois não têm continuidade. Há muito o que fazer no sentido de uma política nacional da leitura”*, defende.

Já para Cida Fernandez, da Equipe de Educação do Centro de Cultura Luiz Freire, as ações de setores governamentais, tais como o Ministério da Cultura, estimulam uma visão “micro” dessa questão. *“O mapa das ações, presente em uma pesquisa de diagnóstico que fizemos, era absolutamente pulverizado. Então, não tínhamos como construir uma noção global. É possível conseguir dados gerais a respeito de escolas, mas, no que se refere a essas ações mais individuais, fica difícil. A tendência é buscar as experiências focalizadas, talvez por falta de produção de conhecimento e de organização das informações”*, relata.

Vale destacar, neste contexto, que a análise da cobertura mostra que, embora o maior destaque esteja no âmbito municipal, as capitais (19,7%) saltam bem à frente ao interior (8,5%) e à zona rural (1,3%) – o que é natural, já que a amostra pesquisada prioriza veículos localizados nas sedes administrativas dos estados.

11. Os jornais de abrangência nacional foram os que demonstraram maior fôlego para abordar cotidianamente questões externas ao Brasil.



**Tabela 03 – Localização geográfica**

	Jornais de abrangência nacional		Jornais regionais		Jornais econômicos		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
No Brasil	92,2%	81,4%	95,9%	92,5%	85,7%	60,0%	95,0%	90,6%
Fora do Brasil	3,9%	1,7%	0,8%	0,8%	14,3%	0,0%	1,6%	0,9%
Ambos	3,9%	13,6%	2,3%	5,0%	0,0%	40,0%	2,6%	6,6%
Não foi possível identificar	0,0%	3,4%	1,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,8%	1,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela 04 – Localização geográfica das notícias sobre o Brasil**

	Jornais de abrangência nacional		Jornais regionais		Jornais econômicos		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
País	14,5%	26,8%	11,5%	14,5%	33,3%	40,0%	12,3%	16,5%
Uma ou mais regiões	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%	0,0%	0,0%	0,5%	0,5%
Uma ou mais unidades da federação	21,0%	17,9%	30,9%	17,4%	16,7%	20,0%	28,7%	17,5%
Uma ou mais microrregiões	0,8%	0,0%	0,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,3%	0,4%
Um ou mais municípios	58,1%	46,4%	51,8%	58,7%	50,0%	40,0%	53,0%	56,8%
Não foi possível identificar	5,6%	8,9%	5,0%	8,3%	0,0%	0,0%	5,1%	8,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

\*Referente a 97,4% dos textos que se concentram no Brasil ou incluem o Brasil de forma importante no texto.

## Questões jornalísticas

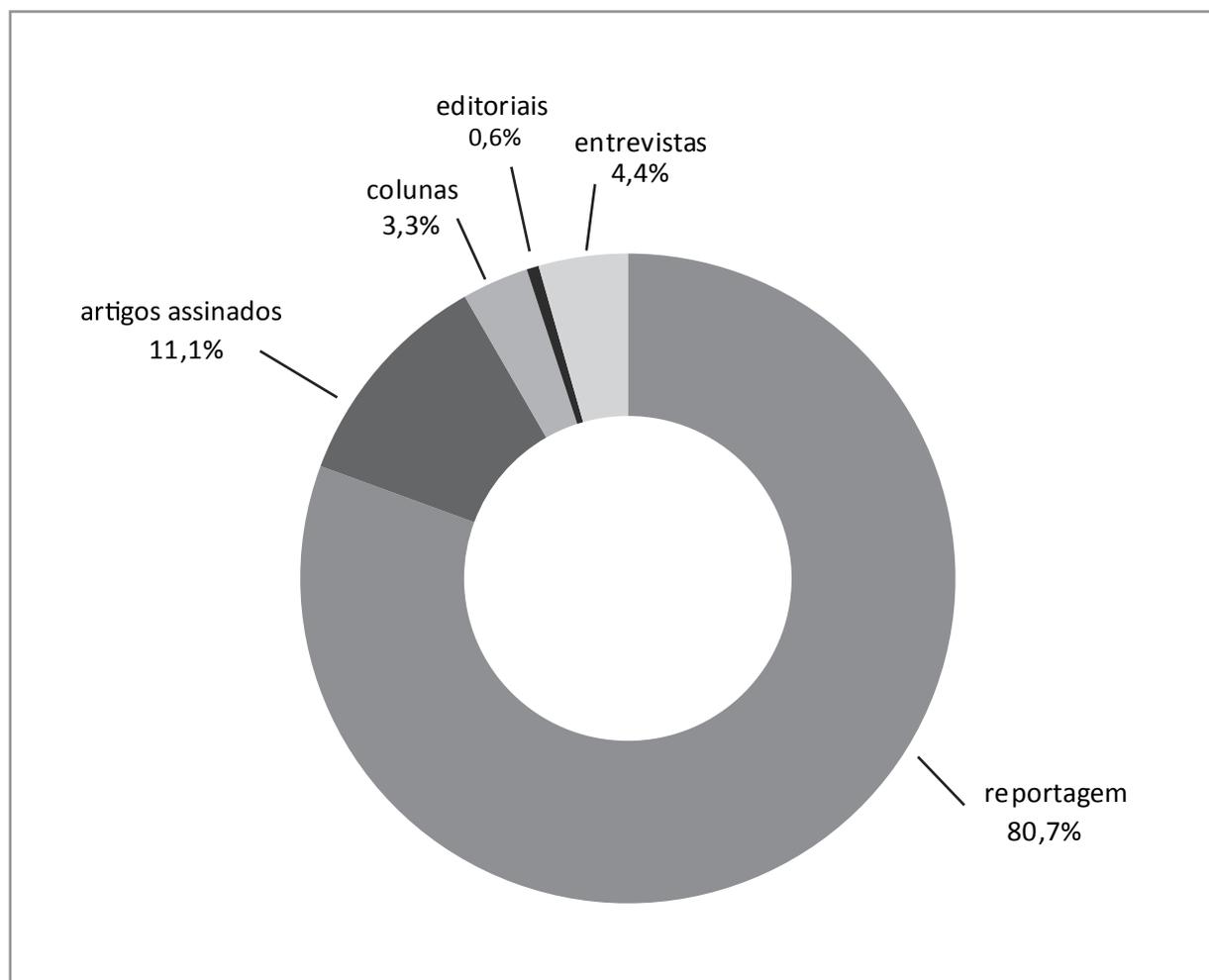
As características de uma determinada cobertura também podem ser avaliadas pela mensuração dos aspectos editoriais envolvidos na construção da notícia. Os estudos em jornalismo possuem uma longa tradição de análise destes processos (*newsmaking*), que explica como os formatos adotados e a dinâmica de atuação dos profissionais podem impactar a configuração final e a qualidade de um determinado noticiário.

Entre os formatos priorizados pelos veículos, os dados indicam uma presença importante de material opinativo (19,3%) – tipo de texto que, no monitoramento realizado para o universo da infância como um todo, representa cerca de 10% das inserções, segundo estudo preliminar da ANDI referente a 2009.

Além disso, é possível verificar que poucas matérias relativas à leitura literária tiveram origem em agências de notícias (1%), fonte frequente para diversos jornais diários.<sup>12</sup> Este resultado também tem origem no perfil local da cobertura, menos dependente de textos disseminados nacionalmente pelas agências. É um aspecto positivo, que demonstra que o agendamento destes temas é oriundo do esforço direto das redações.

12. Em temas como “Ciência e Tecnologia”, a notícias oriundas de agências de notícias chegam a ocupar 10% do noticiário, segundo dados da ANDI de 2009.

Gráfico 02 – Tipos de texto



Quanto ao tipo de “gancho” que propicia a publicação de textos sobre o assunto, nota-se que os eventos – congressos, seminários, prêmios, cursos, etc. – são os mais recorrentes (22,8%). Elizabeth D’Angelo Serra, secretária geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, ressalta a importância das bienais e feiras, que chamam a atenção da população e da imprensa, acabam mobilizando recursos públicos – especialmente pelas parcerias estabelecidas por meio de instrumentos como a Lei Rouanet – e, sobretudo, refletem-se nas ações governamentais. “*É um movimento da sociedade civil que influencia a política pública*”, defende.

Por outro lado, para Cida Fernandez, os eventos também pecam por uma reduzida discussão sobre políticas públicas. “*Em todas as feiras que estão acontecendo no Brasil, são raríssimas as mesas de debate político. Em geral, são eventos de mercado. O que pode ajudar, na minha opinião, é um tipo de diálogo mais estreito a partir da sociedade civil que está presente nesses espaços de formulação de política. Isso contribuiu com os jornais, com as editoriais, por meio do envio de sugestões de pautas, para que se politize essa questão*”.



Outro aspecto interessante evidenciado pela análise desenvolvida pela ANDI, pelo Movimento por um Brasil literário e pelo Instituto C&A é o fato de que as histórias de personagens individuais também ocupam espaço relevante como forma de inclusão dos temas na pauta (13,4%), como ilustra a Tabela 05.

Para alguns especialistas, o grande destaque para casos individuais – especialmente os que envolvem aspectos de superação e espontaneidade – por vezes desvia o foco de aspectos que merecem maior atenção, como a exigência de que direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos e a questão da qualidade das ações implementadas.

Por outro lado, as histórias individuais são poderosos atrativos para chamar a atenção dos leitores/espectadores. Especialmente quando avançam na inclusão de elementos de contextualização e estabelecem comparações com outros eventos semelhantes, os casos particulares são excelentes pontos de partida para gerar reportagens que aumentem a percepção do leitor sobre a importância da leitura literária e das políticas públicas para a sua promoção.

## ALGUNS EVENTOS DE REPERCUSSÃO NACIONAL

### **Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil**

O Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens é um evento de caráter institucional voltado para a leitura infantil e juvenil, no qual são promovidos encontros com escritores e ilustradores, sessões de leitura, lançamentos de livros e exposições, entre outras atividades de incentivo à leitura. Desde 2001, um país é homenageado a cada edição, iniciativa que envolve espaço específico para seus livros e rodas de diálogos com os autores. Além disso, cada criança ou adolescente que vai ao Salão ganha uma obra de acordo com sua área de interesse, para assim estender o contato com o livro literário após o evento.

<http://www.fnlij.org.br/salao>

### **Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP**

A FLIP, realizada pela Associação Casa Azul, já é reconhecida como um dos principais festivais literários do país. São cinco dias que contam com uma intensa programação dividida em duas redes. Uma principal, que é composta por mesas que reúnem convidados de diversas áreas (escritores, historiadores e ilustradores), e uma paralela, que promove atividades como a leitura de peças teatrais, exposições e debates.

<http://www.flip.org.br/>

### **Bienal Internacional do Livro de São Paulo**

Organizada pela Câmara Nacional do Livro, a Bienal é um dos principais eventos para o mercado editorial e reúne diversas editoras brasileiras e estrangeiras, que apresentam seus lançamentos e catálogos. A Bienal teve sua primeira edição em 1970 e atrai um grande público de escritores, leitores, estudantes e profissionais ligados à leitura e à escrita. Além dos estandes de livros, os visitantes podem participar de atividades, como conversas com escritores, oficinas de trabalho ou mesas de debate.

<http://www.bienaldolivrosp.com.br>

Tabela 05 – Como se deu a inclusão na pauta?

	2009	2008	Total
Repercussão de eventos específicos ligados à área	25,2%	18,5%	22,8%
Repercussão de histórias individuais	12,7%	14,7%	13,4%
Releases de editores e livreiros	11,5%	5,7%	9,5%
Outras iniciativas da própria imprensa (coluna assinada, editorial, artigo assinado, etc.)	6,7%	7,8%	7,1%
Demandas / ações do poder público	4,4%	7,3%	5,4%
Acompanhamento do andamento de um programa / política previamente lançado	4,4%	6,7%	5,2%
Demandas / ações da sociedade civil (ONGs, fundações, associações, igrejas)	3,2%	5,9%	4,2%
Demandas / ações do setor privado	2,1%	7,8%	4,1%
Divulgação dos procedimentos ou dos resultados de avaliações	3,5%	3,8%	3,6%
Anúncio do lançamento de um novo programa / política	2,4%	2,1%	2,3%
Repercussão de efemérides	2,0%	1,3%	1,7%
Repercussão de outras mídias	0,3%	0,0%	0,2%
Demandas / ações dos organismos internacionais	0,0%	0,4%	0,1%
Matéria investigativa	0,2%	0,0%	0,1%
Não foi possível fazer a aferição	21,5%	17,9%	20,2%

## Interface com outras agendas

Adicionalmente, foram verificados pelo instrumento de pesquisa desenvolvido pela ANDI os aspectos associados ao universo da leitura literária, ou seja, o que adicionalmente a imprensa discute quando trata dessa temática. Tal análise permite identificar quais elementos se apresentam como transversais ao mundo da leitura.

Nota-se uma prevalência grande do tema da educação (23,4%), que é seguido pela perspectiva da cultura como lazer e entretenimento (13,8%). Se em 2008 a questão da educação foi mais intensa, em 2009 cresceu o peso da associação com lazer e entretenimento – reflexo de uma cobertura mais voltada para a literatura enquanto tema do que para as atividades de promoção da leitura.

Para Áurea Alencar, a cobertura reflete o peso fundamental dos dois principais setores que devem ser integrados para um debate aprofundado sobre o tema da leitura. “*Fica mais simples falar da leitura a partir ou dentro dessas duas áreas*”, defende. Por outro lado, no cotidiano das políticas públicas há uma ausência de integração entre elas: “*Falta articulação dos setores, o que é problemático. Afinal, a literatura e a leitura podem ser esse lugar de confluência, dos diálogos, no âmbito da cultura e da educação*”.

Se, por um lado, educação e cultura estão, conforme o esperado, no centro deste debate, quase a metade das notícias analisadas não associa a leitura literária a outros temas de fundamental importância (49,4%) – o que indica que, para a imprensa, o assunto é pouco permeável a uma discussão articulada com as demais políticas públicas.



Tabela 06 – Temas associados

	Ano		Total
	2009	2008	
Educação	18,1%	33,2%	23,4%
Lazer e entretenimento	16,0%	9,7%	13,8%
Cultura popular	1,2%	2,5%	1,7%
Economia	1,0%	1,7%	1,3%
Questões urbanas em geral	0,7%	1,5%	1,0%
Meio-ambiente	0,7%	1,1%	0,9%
Mídia e Comunicação	0,7%	1,0%	0,8%
Desenvolvimento	0,7%	0,6%	0,7%
Política e Democracia	0,8%	0,6%	0,7%
Políticas Sociais em geral	0,5%	1,1%	0,7%
Questões de gênero	0,7%	0,6%	0,7%
Saúde	0,5%	1,0%	0,7%
Deficiências	0,7%	0,0%	0,5%
Questões de raça / etnia	0,6%	0,4%	0,5%
Tecnologia e Informática	0,5%	0,6%	0,5%
Indústria	0,5%	0,2%	0,4%
Pobreza e Exclusão	0,2%	0,8%	0,4%
Trabalho infantil	0,3%	0,2%	0,3%
Trabalho e Emprego	0,3%	0,4%	0,3%
Direitos humanos	0,2%	0,2%	0,2%
Violência e Segurança pública	0,2%	0,2%	0,2%
Agricultura e Questões Agrárias	0,2%	0,0%	0,1%
Ciência e tecnologia	0,2%	0,0%	0,1%
Cultura erudita	0,1%	0,2%	0,1%
Comércio	0,2%	0,0%	0,1%
Defesa nacional	0,1%	0,0%	0,1%
Drogas e tráfico	0,1%	0,2%	0,1%
Esporte	0,1%	0,0%	0,1%
Forças Armadas	0,1%	0,0%	0,1%
Trânsito	0,1%	0,0%	0,1%
A temática Leitura Literária não está associada a outros temas	53,3%	42,2%	49,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Abordagens mais refinadas, que remetam à leitura como aspecto central para o debate sobre democracia, desenvolvimento, diversidade, pobreza, exclusão e meio ambiente, são alguns dos elementos que poderiam potencializar uma reflexão mais orgânica sobre o tema, a fim de atingir mais efetivamente decisores públicos e grupos de interesse.

Alguns temas fundamentais, especialmente em um cenário de fortes desigualdades vivido pelo Brasil, são negligenciados no noticiário sobre a leitura literária. Entre eles podemos ressaltar as políticas sociais em geral (0,7%), as questões de gênero (0,7%), as questões de raça/etnia (0,5%) e temas relacionados à pobreza e exclusão (0,4%).

## Leitura literária: principais temas na agenda

Tendo-se em vista que um dos papéis centrais da imprensa é jogar luz sobre questões de interesse público, a pesquisa buscou mapear quais elementos do universo da leitura literária – com especial foco em crianças e adolescentes – foram particularmente destacados pelo noticiário.

Neste sentido, é importante ressaltar que as análises da cobertura cotidiana operada pela mídia permitem identificar quais assuntos tendem a figurar na lista de prioridades dos cidadãos, dos eleitores e das autoridades públicas. Ou seja, a imprensa tem a capacidade de influenciar o debate de políticas públicas não apenas quando cobre momentos de grande exposição da temática, como eventos, feiras e efemérides, mas também quando posiciona a questão como uma pauta do dia-a-dia.

Em linhas gerais, os assuntos tratados no conjunto das reportagens, das entrevistas, das colunas, dos artigos e dos editoriais analisados pela equipe da ANDI podem ser agrupados em três grandes vertentes:

- As iniciativas de promoção da leitura, especialmente de obras literárias (44,1%);
- Os conteúdos de reflexão sobre autores e obras específicas<sup>14</sup> (32,1%); e
- Os eventos, as campanhas e os prêmios da área, que são importantes tanto da perspectiva da promoção da leitura como da reflexão sobre a literatura (23,8%).

Para além do foco em eventos, podemos identificar uma cobertura marcadamente pautada por dois tipos de noticiário: a reflexão sobre as obras, especialmente nos cadernos de cultura, e o debate educacional, presença importante no

### Outros olhares

Um bom exemplo de pauta transversal é o aproveitamento de temas de direitos humanos para o estabelecimento de uma interface com a leitura. Em discussão recente sobre a tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas no Congresso Nacional – na qual são destacadas a participação dessas populações no planejamento de projetos nas áreas das aldeias e as formas de sua inclusão na sociedade –, reportagem da jornalista Camila Nóbrega, de O Globo, aponta a literatura e o trabalho dos escritores indígenas como sendo uma forma eficaz para estimular essa inserção.<sup>13</sup>

O tema da literatura indígena, na opinião de Elizabeth Serra, é um fator que deve ser valorizado. *“Um dos exemplos mais bonitos em relação à questão da valorização da cultura escrita está nos indígenas escritores. Porque mesmo com toda a cultura oral, que valorizam e defendem, eles reconheceram que pelo livro poderão perpetuar essa cultura, introduzindo sua fala em belos livros, com o objetivo de chegar às escolas”*, aponta.

13. Fonte: “Índios em prosa e verso”. O Globo, 1º de setembro de 2009.

14. Cabe lembrar que, segundo recorte metodológico, as resenhas curtas e dicas literárias não foram consideradas na construção da amostra.

15. Como os textos analisados foram selecionados por meio de busca eletrônica, não foi possível verificar quantitativamente sua distribuição entre os cadernos e suplementos dos veículos analisados. As tendências de localização entre os cadernos de educação e cultura foram identificadas por meio de análise qualitativa do conteúdo pesquisado.

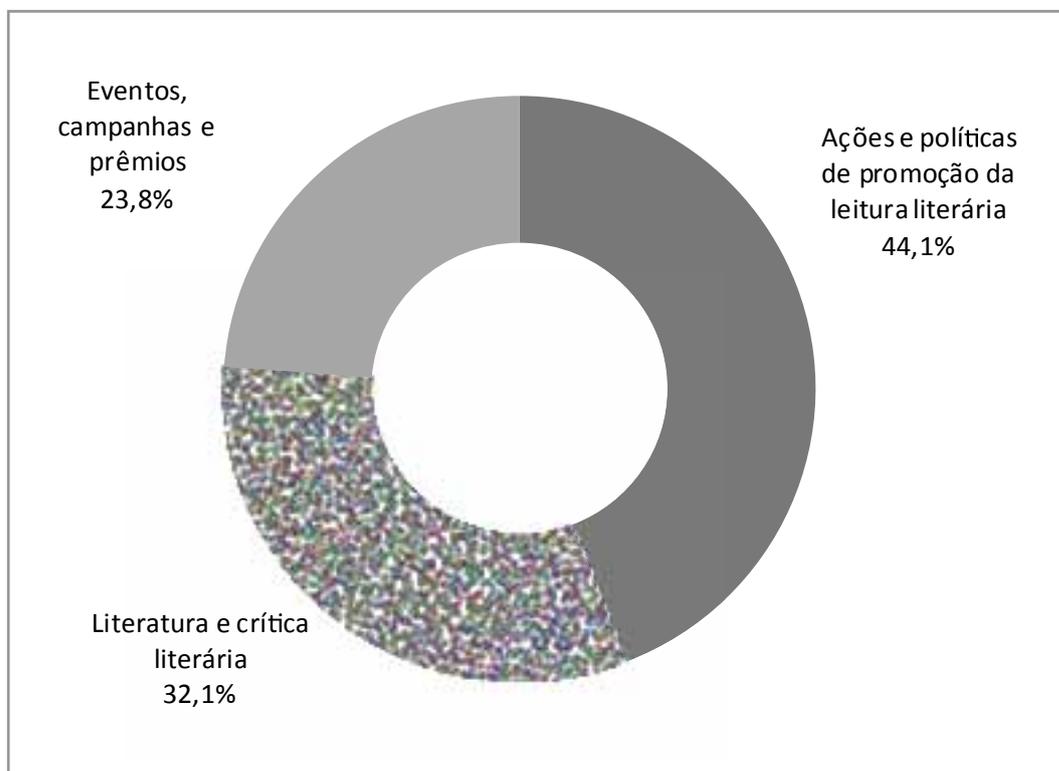


noticiário produzido pelos jornalistas que cobrem educação.<sup>15</sup> Esta divisão, mais do que uma decisão editorial dos veículos impressos, caracteriza a própria formação histórica da literatura enquanto construção social – como argumentam Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini:

*Examinada a literatura desde a perspectiva da história da leitura, materializa-se o funcionamento do aparelho cultural, visibilizando-se as questões relativas à circulação e ao consumo de obras, ao significado ideológico dos objetos artísticos, à profissionalização e remuneração dos agentes associados ao mundo das Letras. De outro lado, a história da leitura corresponde-se com a história da educação, pois é o aprendizado da escrita que faculta a um indivíduo a decifração de textos impressos. Essa associação aproxima a literatura do ensino, da sala de aula e do professor.*

Cabe ressaltar, portanto, que estas parcelas específicas da cobertura apresentaram características bastante distintas, que devem ser levadas em conta para uma reflexão apurada sobre os dados. Há, também, entre os anos pesquisados, uma variação quantitativa importante entre os grupos. No ano de 2008, que contou com uma incidência menor de textos, foi ampla a participação da cobertura sobre políticas de promoção (55,2%) – que decresceu em 2009 (38,1%). Já em 2009, crescem os textos sobre literatura e crítica literária (36,9%), que somavam 23,1% em 2008. A participação das matérias sobre eventos permanece estável nos dois anos.

**Gráfico 03 – Temáticas agregadas**



## Qual é o foco central dos textos analisados?

Do ponto de vista das políticas de promoção da leitura, aspectos fundamentais aparecem em posições diversas do *ranking* de temas enfocados:

- Por um lado, vemos que um espaço considerável é dedicado às atividades relacionadas ao acesso e à circulação de livros (10,4%) – as quais são incentivos básicos para a constituição de uma sociedade de leitores;
- Com um destaque intermediário está a discussão sobre a formação de leitores (4,6%), que envolve ações – dentro e fora das escolas – capazes de incidir de forma positiva no comportamento do público leitor;
- Já a formação dos mediadores de leitura – apontada por especialistas como desafio central para o sucesso das políticas públicas na área – tem pouco destaque no conjunto dos textos (1,3%).

Especialistas consultados para o presente estudo acreditam que os dados refletem a debilidade das políticas de formação, o que abre para a imprensa a possibilidade de levantar uma série de questionamentos. Na opinião de Cida Fernandez, deve-se avançar para além do acesso físico ao livro, rumo a seu uso efetivo como pilar da formação. *“Há uma política que, na verdade, está investindo na compra de livros e não na formação do professor, nem na democratização do acesso dentro da escola”*.

Já para Elizabeth Serra, a formação deve ser discutida de forma ampla, sem se restringir a temas da requalificação dos atuais profissionais. *“Trabalhamos muito com a formação continuada, com o professor que já está aí. Mas, por outro lado, temos que investir em uma etapa anterior. A formação inicial básica do professor de magistério deve colocar como fundamental a questão da leitura – o que ainda não acontece. O professor não sai leitor de seu processo de formação”*.

Outro destaque importante da lista de assuntos abordados – que já surgiu anteriormente nos dados sobre a forma de inclusão na pauta jornalística – é o papel que os eventos específicos da área ocupam no sentido do agendamento desta temática na imprensa. Como vimos, cerca de um quarto da cobertura (23,8%) está intimamente ligado à repercussão de feiras do livro, prêmios literários, seminários, cursos e campanhas em geral – o que ressalta o grau de visibilidade que iniciativas deste tipo adquirem na sociedade como um todo e nos meios de comunicação.



### MARCOS IMPORTANTES PARA O ACESSO E A PROMOÇÃO DA LEITURA

#### **Ciranda de Livros (FNLIJ)**

Projeto pioneiro da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), patrocinado pela Hoescht do Brasil e pela Fundação Roberto Marinho, distribuiu livros para escolas públicas de todo o país entre 1982 e 1985. A iniciativa era composta por uma biblioteca de 15 livros de autores brasileiros cuja distribuição se dava por meio das secretarias estaduais e municipais de educação. Além da biblioteca, os professores recebiam um guia com informações sobre os livros e seus autores, além de atividades que poderiam ser realizadas com os alunos.





### Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler)

Criado em 1992 e vinculado à Fundação Biblioteca Nacional – órgão do Ministério da Cultura –, o Proler tem como objetivo a articulação de iniciativas de incentivo à leitura, assessoria e apoio a instituições e grupos que desenvolvem em seus trabalhos a promoção da prática da leitura. Possui comitês organizados em cidades brasileiras que trabalham em prol da democratização e do acesso à leitura.

### Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

Criado pelo governo federal em 1997, o PNBE distribui acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência para escolas públicas. Tem como objetivo incentivar o hábito da leitura entre alunos e professores e promover o acesso à cultura. A seleção dos livros se dá primeiramente pela inscrição por meio de um edital e, em seguida, ocorre avaliação por uma equipe técnica. Normalmente, a distribuição dos livros escolhidos é feita diretamente pelas editoras.

**Tabela 07 – Foco central do conteúdo sobre leitura literária**

	Ano		Total
	2009	2008	
Literatura	22,8%	14,7%	20,1%
<i>Literatura para crianças em geral</i>	18,2%	9,0%	15,0%
<i>Literatura para adolescentes em geral</i>	4,2%	5,7%	4,8%
<i>Literatura para bebês</i>	0,4%	0,0%	0,3%
Festas e feiras literárias	16,7%	11,1%	14,7%
<i>Feiras do livro</i>	9,7%	5,7%	8,3%
<i>Festas literárias</i>	6,0%	2,7%	4,8%
<i>Feiras internacionais do livro</i>	1,0%	2,7%	1,6%
Projetos/programas de incentivo à leitura	10,8%	17,7%	13,2%
Incentivo à leitura em geral	9,90%	15,1%	11,8%
Acesso e circulação de livros	10,4%	10,5%	10,4%
Biografia de escritores e/ou escritoras	10,8%	4,6%	8,6%
Formação de leitores	3,8%	5,9%	4,6%
Outros eventos (ex.: congressos, seminários, cursos)	3,7%	3,4%	3,6%
Prêmios literários	2,3%	3,1%	2,6%
Indústria / economia do livro	2,5%	2,3%	2,4%
Efemérides (ex.: Dia Internacional do Livro Infantil)	2,1%	2,9%	2,4%
Problemas / dificuldades / ausência de Leitura Literária	1,3%	3,6%	2,1%
Formação / atuação de mediadores	1,1%	1,5%	1,3%
Promoção de Leitura Literária na mídia (televisão, rádio, etc.)	0,7%	0,8%	0,7%
História da literatura e da leitura infantil e juvenil	0,4%	1,0%	0,6%
Campanhas	0,1%	1,4%	0,5%
<i>Campanhas de iniciativa privada ou ONGs</i>	0,1%	0,8%	0,3%
<i>Campanhas oficiais</i>	0,0%	0,6%	0,0%
Difusão no exterior da literatura para crianças produzida no Brasil	0,3%	0,6%	0,4%
Total	100%	100%	100%



## Entrevista: Como o Brasil vem consolidando esforços na promoção da leitura literária?

*Em entrevista exclusiva para esta pesquisa, Elizabeth D'Angelo Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, traça um histórico recente das políticas neste setor – que vão da ampliação do acesso ao reconhecimento da importância das bibliotecas.*

### **Tendo-se como marco a redemocratização do país, quais são as principais mudanças que ilustram a trajetória da promoção da leitura no Brasil?**

Do ponto de vista das políticas de governo, algumas transformações concretas ocorreram. Destaco a questão do acesso ao livro, principalmente nas escolas. Por outro lado, o acesso à biblioteca pública ainda não se resolveu. É um processo que tem um ritmo mais lento.

Há um marco muito claro para o acesso aos livros de literatura nas escolas, que é o projeto Círculo de Livros da FNLIJ – patrocinado pela Fundação Roberto Marinho e pela empresa Hoescht. O projeto ocorreu de 1982 até 1985 e levou livros de literatura às escolas mais carentes do país. Eram 30 mil escolas naquela época, e o fato de o projeto ter sido divulgado em propagandas de televisão o tornou, sem dúvida nenhuma, uma ação de alcance nacional. Foi a primeira vez em que houve a preocupação de se levar a literatura às escolas do primeiro segmento.

Em 1984, o MEC criou o programa Sala de Leitura, que tinha a mesma proposta. Ou seja, naquele momento é que, de fato, começou a haver uma preocupação de política pública – que nem se pode chamar propriamente de política, porque ainda era um ato muito pontual de levar literatura para dentro dessas escolas.

Aquela altura, o forte já era a compra de livro didático, lógica que, na verdade, existe desde a época da ditadura militar. Então, a primeira política implementada – se considerarmos a década de 1980 – é exatamente a de levar literatura às escolas públicas do país, iniciando um processo que, nos últimos 15 anos, ganhou muita força. Naquele momento houve, sim, essa definição: “temos que comprar livros de literatura, pois são importantíssimos”. Ao mesmo tempo, e

num ritmo lento, introduziu-se a questão da biblioteca, que tomou impulso mais recentemente.

O Programa Nacional Sala de Leitura – cujo nome inicial era “Sala de Leitura” – nasceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1997, o nome mudou para incluir a palavra biblioteca: Programa Nacional Biblioteca da Escola.

### **Quer dizer que, naquele período, ainda não se dava importância à biblioteca escolar?**

Não. Batalhei pessoalmente, e muito, em torno dessa questão. Aliás, não existia até pouco tempo atrás, no campo conceitual de educação brasileira, a ideia de uma biblioteca para o primeiro segmento dentro da escola. Se lermos o Plano Nacional de Educação, encontraremos que a obrigatoriedade de biblioteca começava, não faz muito tempo, somente a partir do terceiro grau, atual Ensino Superior.

Nós não tínhamos, portanto, uma cultura de biblioteca como política de leitura. É um ponto a respeito do qual sempre insisto: deve haver biblioteca na escola para que as crianças – principalmente das classes mais pobres – possam conviver com esse tipo de instituição. Assim, quando saírem da escola, podem continuar tendo acesso aos livros por meio das bibliotecas públicas. Se elas não aprendem na escola que isto é um direito do cidadão, depois não irão exigir.

De toda a forma, a questão da biblioteca evoluiu lentamente. Ela vai ganhar importância no governo Fernando Henrique, período no qual estive como coordenadora do Programa de Incentivo à Leitura, o Proler, quando atuávamos em parceria com o programa “Uma Biblioteca por Município”, coordenado por Ottaviano De Fiori, do Ministério da Cultura.

Ainda durante o governo Fernando Henrique, por meio do PNBE/MEC, introduz-se no





ambiente formal de ensino a ideia de biblioteca – embora isso não significasse que as bibliotecas se tornassem definitivamente presentes nas escolas brasileiras, pois o problema ainda persiste. Depois, o governo Lula deu continuidade a esse tipo de ação – tardou a retomar, mas retomou.

Mas devemos reconhecer que o processo democrático do país fortaleceu a importância do acesso à informação, o que em longo prazo resulta na melhoria da qualidade na educação. Nesse contexto surgiu também um grupo de profissionais de várias áreas que passaram a trabalhar intensamente nesta linha: a de que ser leitor é mais do que ser alfabetizado, no sentido estrito do termo – além de ser garantia de democracia.

### **Ou seja, é recente a percepção de que a leitura é um pilar para as democracias?**

Isso. É um processo recente. Aliás, não só aqui como no mundo todo. Os EUA, por exemplo, têm isso muito forte, assim como a França, a Alemanha e diversos outros países desenvolvidos. Contudo, entre os países latino-americanos, essa noção de que a

leitura integra oficialmente o conceito de democracia surge com maior clareza a partir dos anos 1980.

A Unesco publicou um documento naquela época que estabeleceu relações diretas entre a leitura e a democracia. Para se ter acesso à informação é preciso ter capacidade de leitura crítica, e aí se torna necessário o acesso à leitura.

Foi um processo que se expandiu de fato nos anos 1980 no mundo inteiro, como uma bandeira. A partir daí, houve o reforço do conceito de que alfabetizar é mais do que reconhecer as letras. Começa-se, então, a ter uma reflexão teórica pautada pelo entendimento de que a alfabetização *stricto sensu* não forma leitores, pois para termos leitores críticos é preciso mais do que simplesmente decodificar letras. Enfim, temos todo um movimento bem dialético a partir de fatores isolados que se juntam e vão se fortalecendo.

O que substancialmente mudou no Brasil foi o foco na questão do acesso. No fim dos anos 1990, por sua vez, iniciou-se o processo de reconhecimento da importância da biblioteca na escola – que ainda não é uma realidade concreta, vale sublinhar.

## **Sociedade em ação: acesso ao livro e formação de leitores**

As escolas, as bibliotecas, as feiras, as livrarias, outros espaços públicos e, mais recentemente, a internet se apresentam como alguns dos elementos que podem ser mobilizados para a ampliação da leitura. Sejam quais forem os instrumentos adotados, a atividade de leitura exige o contato, nos mais diversos ambientes, com um personagem principal: o livro.

No que se refere às formas de acesso ao livro, as páginas dos jornais refletem a multiplicidade de possibilidades segundo às quais o Estado, as empresas e a sociedade civil em geral se articulam para o estímulo à leitura.

De acordo com Patrícia Lacerda, Coordenadora do programa Prazer em Ler do Instituto C&A, podemos dizer que as formas de acesso ao livro têm, de fato, se ampliado. *“Em um panorama geral, se olharmos para a população, há mais oferta, há mais pessoas lendo, mas ainda está aquém do necessário. O que podemos reconhecer, especialmente no contexto da política educacional, é que hoje temos mais acervo, inegavelmente”*.

Segundo dados da pesquisa realizada pela ANDI, pelo Movimento por um Brasil literário e pelo Instituto C&A, as “ferramentas” de acesso ao livro aparecem em 63,6% do total de textos analisados.

- Como era de se esperar, as bibliotecas contam com um destaque importante e justificável (33,9%) – especialmente os espaços públicos e no ambiente escolar;
- Feiras (14,5%), palestras e sessões de autógrafos (4%) e bienais (3,5%) também se constituem como estratégias de acesso aos livros que repercutem na imprensa;
- A internet (2,2%) e os livros eletrônicos (0,3%) ainda aparecem pouco na cobertura, especialmente no debate sobre a literatura infantil – ainda que seja crescente a discussão sobre o impacto das novas tecnologias na questão da leitura.



## AS NOVAS FACES DO LIVRO

O debate sobre o futuro do livro tem, cada vez mais, se intensificado, na medida em que cresce o acesso das mais diversas camadas da população às novas tecnologias de comunicação e informação.

Um exemplo desse movimento ocorreu em julho de 2010, quando a Amazon.com – uma das maiores lojas do mundo no que se refere à venda de livros pela internet – divulgou que, pela primeira vez, vendeu em um período de três meses mais *e-books* do que livros impressos. Outro indicador desta tendência é o fato de que diversas bibliotecas ao redor do planeta estão, por meio de parcerias com empresas como a Google, digitalizando seus acervos, o que permite a ampliação e a velocidade do acesso a estes conteúdos.

Para o pesquisador americano Robert Darnton, na obra *A questão dos livros: passado, presente e futuro*<sup>16</sup>, o lugar a ser ocupado pelos livros eletrônicos ainda está sendo concebido, o que não significará o desaparecimento do livro impresso. “*Por que, então, resiste o fascínio da publicação eletrônica? Esse sentimento parece ter atravessado três estágios: uma fase inicial de entusiasmo utópico, um período de desilusão e uma nova tendência que tende ao pragmatismo. Depois descobrimos que ninguém leria um livro inteiro numa tela de computador nem estaria disposto a escarafunchar pilhas e mais pilhas de folhas impressas. Agora encaramos a possibilidade de suplementar o livro tradicional com edições eletrônicas criadas especificamente para determinados propósitos e públicos*”.

16. DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



Tabela 08 – Acesso e circulação de livros\*

	2008 e 2009 (%)
Bibliotecas	33,9%
<i>Bibliotecas públicas</i>	15,2%
<i>Bibliotecas escolares</i>	7,6%
<i>Bibliotecas comunitárias</i>	4,6%
<i>Bibliotecas volantes (ônibus, barcos, trens, etc.)</i>	3,5%
<i>Bibliotecas particulares / iniciativa privada</i>	3,0%
Feiras do livro/ literárias	14,5%
Escolas	12,7%
Livrarias	5,9%
Palestras de escritores e sessões de autógrafos	4,0%
Bienal do livro	3,5%
Acervo familiar / doméstico	3,4%
Internet	2,2%
Espaços não convencionais de leitura / “Livro Livre”	1,2%
Sebos/ Feiras de usados	1,1%
Malas e caixas de livros / “Baús literários”	0,8%
Salas de leitura	0,7%
Campanhas de doação	0,5%
Clube ou círculo de leitores	0,5%
Pontos de cultura	0,5%
Pontos de leitura	0,5%
Centros culturais	0,4%
<i>Centros culturais públicos</i>	0,3%
<i>Centros culturais da iniciativa privada</i>	0,1%
Museus e exposições	0,4%
Livros eletrônicos / <i>tablets</i>	0,3%
Cheque-livro	0,2%
Pontos de venda em supermercados, farmácias, bazares	0,2%
Bancas de jornais e revistas	0,1%
Não menciona	36,4%

\*A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

## O espaço das bibliotecas

O destaque das bibliotecas no conjunto da cobertura sobre leitura literária no Brasil, sem dúvida, presta um serviço importante para que cidadãos e cidadãs se informem sobre um dos pilares das políticas de incentivo à leitura.

Pensando-se em crianças e adolescentes como usuários destes aparelhos, o debate sobre a biblioteca escolar têm avançado no país – ainda que com atraso relativo em comparação com outras nações, como relata Elizabeth Serra:

*Estivemos recentemente em Bogotá, Colômbia, participando de um projeto internacional com foco na formação de leitores. Em um determinado momento, quando representantes de alguns países da América Latina se reuniram para discutir a questão da biblioteca escolar, o Brasil não foi convidado. Ou seja, o conceito que passamos para os países latino-americanos é o de que nas nossas escolas existem acervos nas salas de aula, mas não há bibliotecas. Achei isto um sintoma bastante preocupante e real, ou seja, as bibliotecas não permeiam a estrutura das nossas escolas públicas.*

Vale lembrar que apenas recentemente foi aprovada a Lei 12.244/2010, que determina que todas as escolas brasileiras, sejam públicas ou particulares, tenham uma biblioteca com o acervo de pelo menos um título por aluno matriculado. Ela estipula um prazo de dez anos para a implementação das bibliotecas e determina que cabe à escola a divulgação de orientações de arquivamento, preservação, organização e funcionamento desses espaços – que deverão ser administrados por um bibliotecário.

Ainda que o período da pesquisa (2008 e 2009) não permita uma avaliação mais aprofundada da repercussão da aprovação da nova lei, foi possível verificar que, quando se concentra nas bibliotecas, o noticiário investe majoritariamente no tema dos acervos, seja no que diz respeito à manutenção e organização, seja no que se refere à aquisição de novos exemplares. Aspectos físicos/estruturais (como as instalações, o mobiliário e os equipamentos) surgem em menor escala, como mostra o Gráfico 04.

- Adicionalmente, 35% desses textos (que mencionam bibliotecas) apresentam algum indicador de qualidade dos acervos – percentual que indica ser este quesito alvo de grande preocupação da imprensa;
- Já a disponibilidade ou ausência de recursos de acessibilidade (tais como livros em braile, livros digitais e audiolivros) é mencionada em 5,6% dos textos;
- Também é restrita a discussão sobre a formação de gestores e bibliotecários, elemento que aparece em 2,9% destes textos.

### Desafios da nova lei

Para analistas da área, a nova lei de bibliotecas escolares é um avanço, mas não garante, de maneira imediata, a qualidade da política de estímulo à leitura. Ainda que a lei determine parâmetros quantitativos que devam ser alcançados – como a obrigatoriedade de um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado –, aspectos como a qualificação de professores e bibliotecários e a qualidade e diversidade dos acervos (com atenção, inclusive, para as obras de literatura) são essenciais para a formação de novos leitores. Como indicam os dados obtidos pela pesquisa “Mídia e promoção da leitura literária”, a imprensa dedica uma atenção importante à discussão sobre o acervo, mas ainda dá muito pouco destaque à importância da capacitação dos educadores envolvidos.



**Gráfico 04 – Ao mencionar bibliotecas a notícia discute\***



\*Referente a 33,9% dos textos que mencionam bibliotecas. A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

## Formando leitores

Como vimos, o aspecto da formação, mais especificamente associado ao tema da leitura, aparece de forma ainda limitada como o foco central da cobertura noticiosa sobre o assunto – o que, sem dúvida, nada contribui para um agendamento mais consistente destas temáticas no debate público. Ainda assim, cerca de metade dos textos analisados (48,4%) citou, ainda que pontualmente, alguma ação específica de formação de leitores – conforme vemos na Tabela 09.

Para Cida Fernandez, um dos problemas estratégicos para avanços na área é o investimento em recursos humanos:

*Esse é um grande problema dos apoios dados pelas empresas ou por órgãos governamentais: não se pensa no ser humano. Você coloca livros, móveis, espaço, mas a pessoa que atua lá quase sempre é entendida como voluntário – ou então recebendo uma bolsa muito pequena, que não consegue garantir a qualidade da ação. A pessoa que está qualificada tem condições de ir para outro lugar. [...] Se formos ver qual a maior fragilidade nas políticas de incentivo à leitura que vêm sendo implantadas, seja na escola ou fora dela, é o investimento no ser humano.*

Mais que citar as questões relativas à formação, portanto, a imprensa pode contribuir com o debate sobre os caminhos que podem ser seguidos para o estímulo à leitura. Entre as iniciativas mencionadas pela cobertura, chama a atenção uma participação importante de experiências com contadores e leitores de histórias (13,7%), o uso de outras artes (10,8%) e de atividades lúdicas (6,9%).

Crítica em relação à centralidade conferida a este tipo de intervenção, Elizabeth Serra chama atenção para a necessária delimitação do conceito de leitura.

*Tudo virou leitura. A interpretação de Paulo Freire, para quem “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, acabou criando uma confusão, que dissolveu o conceito de leitura. Ver um quadro não é ler um quadro. Olhar a paisagem não é ler a paisagem. Então, criou-se uma mania de “leituras” e “linguagens” que tiraram o foco daquilo que, de fato, nós precisamos fortalecer, que é a questão do domínio do texto escrito. [...]*

*Todos queriam fazer curso de contação de histórias – só que, concretamente, algumas dessas pessoas nem eram leitores. [...] Isso acontece com muita frequência. É aquela história: ser leitor dá muito mais trabalho; então, você decora um livro, veste uma fantasia e se apresenta. Para quem é desinibido fica fácil, mas, imaginando-se a maioria dos professores, este não deve ser o caminho preferencial.*

No que se refere à cobertura, chama a atenção também que a escola – espaço prioritário de formação de leitores – tenha sido pouco discutida quando estão em foco as estratégias de formação de leitores. Apenas 1,3% dos textos analisados recordam-se das disciplinas/aulas regulares no ambiente escolar como espaço fundamental para a promoção da leitura.

Para Áurea Alencar, a escola deve ser priorizada frente aos investimentos públicos e privados neste campo. *“Se nossas crianças estão na escola, estamos a meio caminho andado da formação do leitor. Se investirmos na leitura maciçamente, em 50 anos teremos uma geração leitora [...]. As bibliotecas comunitárias não vão dar conta de formar leitor pelo Brasil afora. Elas funcionam, na verdade, como uma complementação. A escola é o ponto de partida”.*

A partir dessa perspectiva, alguns elementos da cobertura merecem ser pontuados com preocupação:

- A menção a algum nível de ensino ficou abaixo do que se espera para uma cobertura tão intimamente associada ao campo educacional (22,8%). As citações ao Ensino Fundamental (15%) superam amplamente as relacionadas ao Ensino Médio (6,6%) e ao Ensino Infantil (5,4%);
- O tema do analfabetismo funcional, importante para uma reflexão sobre os resultados das políticas de leitura, também está quase ausente do dia-a-dia da cobertura (1,5%);
- Estão de fora do debate, além disso, questões que envolvem os parâmetros curriculares (0,6%), a necessidade de mudanças em tais parâmetros com vistas a uma incorporação mais substantiva da questão da leitura literária (0,3%) e a importância de estimular a leitura literária em todas as disciplinas regulares.

Entre os mediadores de leitura, figuras centrais na construção destas políticas e que são mencionados em 35,3% do material, os professores são os que mais aparecem (14,4%). Ainda assim, apenas 3,9% dos textos mencionam ou questionam a formação de professores, e somente 2,1% indicam que os educadores devem ter uma formação específica em leitura literária – como defendem diversos especialistas. É interessante o fato de que a família é o segundo mediador mais consultado (7,1%).

## Leitura e letramento

*A iniciação à leitura, com o letramento e a formação do leitor, nos anos de educação básica, deveria instrumentalizar a criança para, mais tarde, no ensino médio, exercer com plenitude a leitura compreensiva e crítica, o que não acontece, salvo nas escolas de classe média alta, e mesmo assim de forma relativa e bastante pragmática. Logo, o problema da leitura vincula-se à estrutura desequilibrada do país, mas não exime o professorado e a comunidade de buscarem soluções em pequena escala, se tiverem um mínimo de responsabilidade para com a infância e a juventude.*

**Regina Zilberman e  
Maria da Glória Bordini**



**Tabela 09 – Formação de leitores\***

	2008 e 2009 (%)
Contadores de histórias	10,9%
Incentivo à leitura por meio de outras artes	10,8%
Encontros com escritores / ilustradores	8,4%
Incentivo à leitura por meio de atividades lúdicas (jogos, brincadeiras)	6,9%
Participação em eventos / feiras	6,9%
Visita a bibliotecas / centros culturais	5,2%
Mobilização da comunidade e familiares	4,9%
Incentivo à escrita / produção de textos	3,6%
Leitores de histórias	2,8%
Uso de tecnologias da informação e comunicação	2,8%
Rodas de leitura / grupos de leitura	1,9%
Oficinas / palestras	1,6%
Disciplinas / aulas regulares no ambiente escolar	1,3%
Incentivo à leitura por meio do contato com a cultura popular	1,1%
Concursos literários	1,1%
Atividades de leitura em locais públicos	0,9%
Sessões de leitura livre	0,8%
Incentivo à leitura por meio do contato com ciências	0,3%
Atendimentos individuais	0,1%
Outra	1,7%
Não menciona	51,6%

\*A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

## Literatura para crianças e adolescentes

Para além dos aspectos educacionais que permeiam o debate sobre o tema da leitura, a visibilidade de obras literárias na imprensa – especialmente dos livros voltados para crianças e adolescentes – foi alvo de análise por parte da presente pesquisa.

Desde o processo de formação de uma literatura brasileira até a história recente deste campo no Brasil, são inúmeros os exemplos nos quais a imprensa atua como espaço privilegiado de difusão e crítica de obras literárias<sup>17</sup> – seja como meio de publicação de textos literários ou pela atuação de cadernos e suplementos dedicados à reflexão sobre o tema.

17. BARRETO, Ivana. **A importância da literatura e dos cadernos culturais para a história do jornalismo brasileiro**. ALCEU - v. 10 - n.19 - p. 101 a 108 - jul./dez. 2009.

Para Elizabeth Serra, há uma sensível diminuição, nos últimos 30 anos, do espaço destinado a resenhas de obras literárias nos meios de comunicação, principalmente nas mídias impressas. Na área da literatura infantil e juvenil, a pequena difusão de obras seria ainda mais marcante. *“A imprensa não dá valor à questão. Garante muito mais espaço para o livro adulto do que para o infantil. E se você for computar, do ponto de vista da tiragem ou de volumes vendidos – seja ao governo, seja à sociedade em geral –, é infinitamente maior a de literatura infantil. Isso envolve, portanto, até mesmo uma questão de mercado, mas nem assim os jornais se sensibilizam”*, conclui a especialista.

Diante dos dados obtidos por nossa pesquisa, vemos que, nas notícias que apresentam alguma obra literária (55,9%), predomina a menção a obras de autores brasileiros (67,7% desse recorte), enquanto as produções estrangeiras são citadas de forma mais acanhada (27,3%) – resultado promissor no sentido da valorização que se espera dos autores e das autoras nacionais.

Os(as) autores(as) aparecem em 63,9% dos textos analisados, o que indica um acesso importante destes profissionais ao processo de construção da notícia. Já os ilustradores, que especialmente na produção para crianças exercem papel de destaque, são citados em menos de 15% do material. Apenas 2,2% das notícias apontam as ilustrações como aspectos centrais para a composição de obras literárias.

De acordo com Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini, por razões compreensíveis, talvez tenham sido os escritores os executores mais coerentes e constantes de uma política de leitura. *“Lutaram por um lugar ao sol, combatendo, com unhas e dentes, a influência estrangeira, especialmente portuguesa e na escola, no que se deram bem; pesquisaram alternativas de comunicação que se solidarizasse com as possibilidades de leitura por parte do consumidor nacional, convertendo suas experiências formais em busca de um estilo e uma temática que representassem um modo de dialogar com o leitor; reivindicaram seus direitos e empreenderam iniciativas industriais e comerciais”*.

Já no que se refere aos gêneros literários, os romances e as novelas (39,3%), os contos e as crônicas (22,4%) e a poesia (16,1%) foram os mais presentes na imprensa quando a notícia menciona obras para crianças e adolescentes.

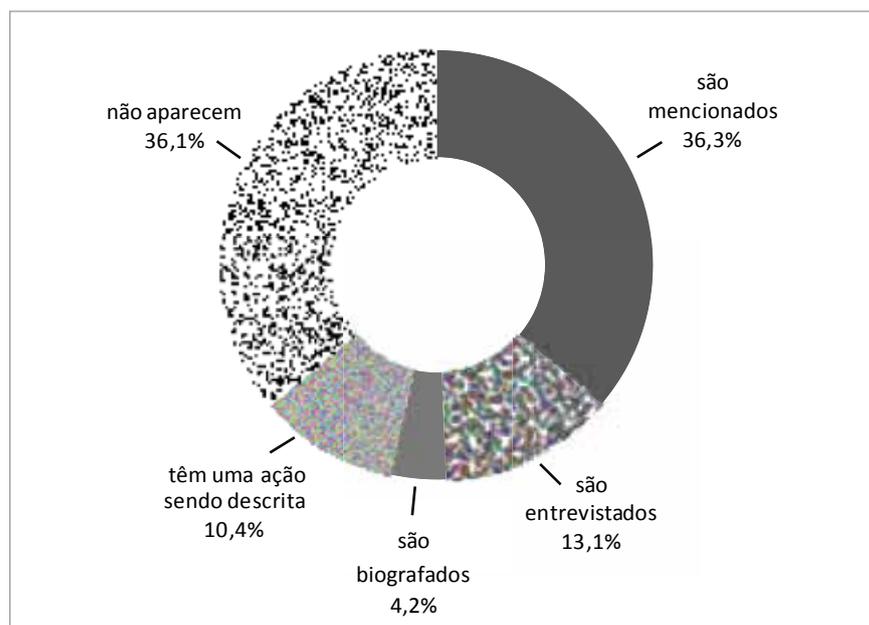
Entre os qualificativos frequentemente associados à literatura (registrados em 27,6% dos textos), o mais comum foi a ideia de que estas obras estimulam o “conhecimento” (33,3%). Concorrem, em seguida, as noções de “fantasia e imaginação” (23,4%) e “prazer” (23,1%). A literatura representada como espaço de “aventura” (5,4%) e “magia” (3,2%) foi menos mencionada.

Em relação aos prêmios e concursos literários – que, conforme vimos, colocam-se como atividades que ampliam a visibilidade da leitura literária nos meios de comunicação –, é relevante a grande diversidade de iniciativas que repercutem na cobertura.

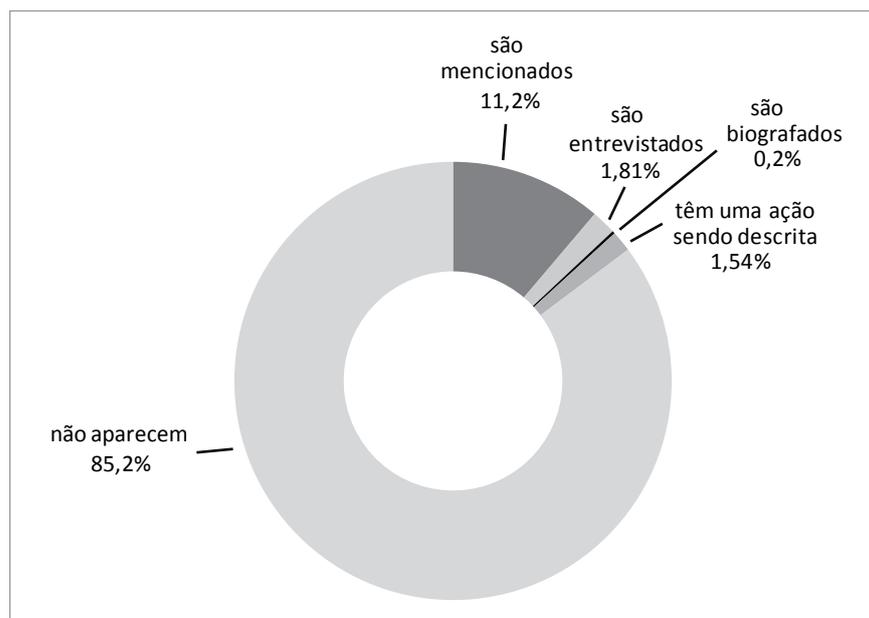
- 46% dos processos citados não estavam presentes na lista prévia de prêmios produzida por especialistas para esta pesquisa, o que demonstra a variedade deste tipo de recurso;
- O maior destaque nacional é o prêmio Jabuti, registrado em um terço de todo o conteúdo que menciona prêmios.



**Gráfico 05 – Os(as) autores(as):**



**Gráfico 06 – Os(as) ilustradores(as):**



**Tabela 10 – Prêmios\***

	2008 e 2009 %
Prêmio Jabuti	34,7%
Prêmio Hans Christian Andersen	8,9%
Prêmio FNLIJ	8,4%
Prêmio Vivaleitura**	5,0%
Prêmio João-de-Barro	4,0%
Prêmio Fato Literário	4,0%
Prêmio Ibero-Americano	2,5%
Prêmio Nobel de Literatura	2,5%
Prêmio São Paulo	2,0%

Prêmio Academia Brasileira de Letras (ABL)	1,5%
Prêmio Portugal Telecom	1,5%
Prêmio Barco a Vapor	1,0%
Prêmio Prazer em Ler	1,0%
Concurso Literatura para Todos	1,0%
Prêmio APCA	0,5%
Outros	46,0%

\*Referente a 13,6% dos textos que mencionam prêmios. A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla. Como os prêmios podem ter periodicidade variável, optou-se por agregar os resultados de 2008 e 2009.

\*\*Cabe lembrar que o Viva Leitura não é um prêmio literário, mas um prêmio para programas de leitura.

“

### PONTO DE REFLEXÃO: LITERATURA PARA UM PÚBLICO DE CRIANÇAS

*“No caso da infância, a falta de simetria entre as gerações é um obstáculo não só exterior, mas interior ao próprio processo literário, que resultará nas obras a serem lidas pela criança. A literatura infantil se define pela diferença que apresenta em relação à que é lida pelos adultos. É infantil, ou seja, afeiçoada para a criança, a partir de uma concepção que o autor, adulto, faz dela. Embora os empreendimentos literários possam se orientar, como o fazem seguidamente, por uma imagem prefigurada de seus receptores, no caso do público infantil a assimetria de idades entre autor e leitor antevisto é o ponto-chave.*

*A concepção que se faz da criança varia conforme a época e o grupo social em que o escritor se insere, mas mantém um aspecto sempre presente: para o autor, seu público conhece menos de vida e de cultura do que ele. A tentação é informá-lo do que não sabe, levá-lo a aderir aos valores que o escritor defende, não só em nível afetivo, mas também ideológico. Isso produz um gênero de literatura historicamente marcado pelo pedagogismo moral e científico, desvirtuando a própria ideia de literatura como algo feito de linguagem, que explora livremente as inúmeras possibilidades de existência humana, sejam elas virtuosas ou reprováveis.*

*O pedagogismo que afeta a literatura infantil pela assimetria entre emissor e receptor pode ser compensado por procedimentos de adaptação do tema e da forma às características da criança. Se é correto que ela está em constante processo de amadurecimento (o que justifica que o texto a ela dirigido leve em conta as limitações de linguagem e cognição das várias faixas etárias), isso não quer dizer que as obras devam ser esteticamente pobres, desvirtuem a realidade, reforcem preconceitos e se atrelem a projetos ideológicos que não visam à promoção das qualidades humanas.*

*Para verificar o quanto isso ocorre, basta comparar a literatura infantil com a destinada aos adultos. Nesta última, também há textos canhestros, falseadores, produtos de uma má consciência. O problema com a literatura infantil é que seu leitor está mais aberto ao que lhe propõem ou ensinam e não tem bagagem para situar-se no universo ficcional para além da identificação com os heróis e seus valores, sejam estes quais forem. A função do texto infantil não pedagoga seria a de lhe proporcionar experiências imaginárias, fazendo-o pensar os limites de suas crenças e certezas, impelindo-o a ir além de si mesmo”.*

**Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini, 2010.**

”



## Elementos de contextualização: Informação de qualidade

Historicamente, a imprensa se constitui enquanto instituição capaz de oferecer ao público, de forma rápida e organizada, um grande volume de elementos para que determinado tema seja compreendido, inclusive no que se refere à manifestação de posturas antagônicas. Neste sentido, para uma percepção mais apurada da qualidade da cobertura, no entanto, também é importante verificar o grau de aprofundamento de cada texto.

A ANDI tradicionalmente utiliza uma escala que vai do factual (textos limitados à descrição de fatos) ao contextual simples (número mais variado de fontes e elementos de contextualização) e ao contextual explicativo (textos que desenvolvem maior grau de aprofundamento). Dentre o conteúdo mais opinativo, diferenciamos aqueles que estão entre os que são meramente avaliativos e os que propõem soluções ou encaminhamentos para uma determinada questão.

Vemos que a grande maioria dos textos sobre o universo da leitura literária não vai além dos graus mais restritos de contextualização (66,2% em 2008 e 75,6% em 2009). A participação dos textos meramente factuais, entretanto, é menor do que a verificada em outras análises desenvolvidas pela ANDI.<sup>18</sup> Alguns outros pontos de destaque:

- Nota-se que a cobertura de 2009, ainda que mais numerosa, é, no geral, menos contextualizada e aprofundada – entre outros aspectos, pelo fato de a cobertura sobre políticas públicas ter perdido espaço, como vimos anteriormente;
- Conteúdo opinativo, mesmo sendo robusto quantitativamente, é muito pouco propositivo, deixando a desejar no sentido de traçar as possíveis soluções para o enfrentamento dos problemas discutidos.

**Tabela 11 – Nível de abordagem da notícia**

	Ano		Total
	2009	2008	
Factual	17,8%	13,5%	16,3%
Contextual simples	57,8%	52,7%	56,0%
Contextual explicativa	8,1%	15,8%	10,8%
Avaliativa	16,0%	17,9%	16,7%
Propositiva	0,3%	0,0%	0,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

18. Tais como sobre educação (38,7%), saúde do adolescente (45,7%) e a questão das pessoas com deficiência (46,9%).

## Interface com o desenvolvimento

Um primeiro elemento de contexto que poderia incrementar a cobertura sobre leitura literária é a relação com o tema do desenvolvimento. Ainda que seja preciso ir além de uma visão “utilitarista”, de que a leitura literária deve servir a outros fins (tais como a educação, por exemplo), é inevitável reconhecermos a relação positiva entre os índices de leitura e o grau de desenvolvimento de uma nação – pressuposto também assumido pelo Plano Nacional do Livro e Leitura.<sup>19</sup>

O estabelecimento desta interface com o desenvolvimento – que certamente poderia indicar um debate sobre questões de fundo que implicam no tema da leitura literária – se apresentou de forma bastante reduzida (1,9%), com leve destaque para o desenvolvimento humano (0,7%) em relação a outras denominações como o desenvolvimento social (0,5%), econômico (0,4%) e sustentável (0,3%).

Há algum destaque, ainda que tímido, para a relação entre leitura e indicadores educacionais (3,4%). Contudo, esta interface avança pouco para a discussão de impactos nos demais indicadores sociais (1%) e nos indicadores de crescimento econômico (0,5%).

Segundo Patrícia Lacerda, pesquisas recentes têm aprofundado indicações sobre a interface entre o comportamento leitor e avanços no campo da educação. *“Participei de uma pesquisa sobre redes de aprendizagem naqueles municípios que tinham dado um salto no primeiro Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Um dos dez fatores elencados – que eram recorrentes em todos os municípios visitados – era ter uma política de leitura. Nos anos iniciais, as pesquisas já demonstram que a diversidade de gênero textual aprimora a capacidade do leitor”*.

## Acesso à literatura como direito

Outro aspecto de contexto fundamental é o estabelecimento de uma relação nem sempre evidente: o acesso à leitura literária como um direito fundamental. Para Áurea Alencar, o Brasil de vinte anos atrás estava muito mais preocupado com a garantia de direitos mais básicos, como saúde, segurança e educação formal. *“Quando se discutia e se falava de literatura, se dizia: ‘isso é luxo!’. Então, a literatura foi por um bom tempo tratada como supérflua. Ela era algo assim: ‘há muito mais coisas importantes para fazermos: existe gente passando fome, existe gente morrendo’... Como se a sobrevivência do ser humano fosse meramente física e não houvesse nada mais para ser formado naquela pessoa”*.

19. Mais informações: <<http://www.pnll.gov.br>> Acesso em: 1º de abril de 2011.



## Bom exemplo: leitura e perspectiva de direitos

Uma das poucas reportagens identificadas na análise que apresentam o acesso ao livro associado ao direito à cultura foi produzida pela Jornalista Amiga da Criança Erika Klingl e publicada pelo Correio Braziliense.<sup>21</sup> Ao cobrir a atuação de uma biblioteca comunitária no Distrito Federal, a repórter verificou que o acesso ao livro aparece não apenas como meio, mas também como parte da garantia de outros direitos previstos na Constituição. “Na prática, os livros servem para que o adolescente consiga completar, um a um, os direitos previstos na Constituição”, destaca a jornalista.

Um marco importante para este reconhecimento é a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Elizabeth Serra, em artigo publicado no livro *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*,<sup>20</sup> reconhece no instrumento legal uma potencialidade revolucionária, quando, em seu Artigo 58, abarca juntos aspectos como educação, cultura e criação:

Art. 58 - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, de acordo com o ECA, a educação assume uma amplitude que vai além da escola. “*Para compreensão da magnitude dessa afirmativa, o processo educacional deve ser compreendido, como toda relação da criança e do adolescente com a vida, através dos adultos com quem convive, direta e indiretamente, e não só com os profissionais da Educação. Assim, todos somos responsáveis pela formação das crianças e dos adolescentes brasileiros*”, lembra Elizabeth Serra.

Por outro lado, a dimensão criativa presente no ECA – que, segundo Serra, é inerente à potencialidade humana e é o que garante sua liberdade e autonomia – está calcada na contribuição essencial do contato com a literatura e outras expressões culturais. “*Viabilizar as oportunidades para desenvolver a imaginação e a fantasia de nossas crianças e jovens é garantir-lhes o acesso ao conhecimento científico, às expressões de arte, à informação, dando-lhes, assim, liberdade para criar*”.

A importância desses aspectos ainda não se apresenta de forma significativa na cobertura noticiosa sobre o tema. A leitura como forma de empoderamento do cidadão aparece em 2,4% dos textos, enquanto é quase ausente um olhar sobre a leitura como um direito (0,2%) e como elemento fundamental para as democracias (0,1%).

## A importância dos dados estatísticos

A contextualização de temas relacionados à leitura literária com foco em crianças e adolescentes também envolve o provimento, por parte da imprensa, de elementos que favoreçam a compreensão do cenário no qual estamos navegando. A apresentação de dados numéricos e estatísticas, por exemplo, é atributo extremamente importante – e inevitável – durante uma cobertura aprofundada sobre as políticas de estímulo à leitura.

Cerca de 21% dos textos fazem uso de dados estatísticos quando tratam o tema da leitura literária, dado bastante promissor se comparado com o universo da infância como um todo (apenas 8,1% em 2009, segundo estudo preliminar da ANDI).

Entre as fontes estatísticas, 5,4% dos dados são oriundos de ONGs, fundações e institutos empresariais. Tem destaque importante a pesquisa *Retratos da*

20. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (Malheiros Editores, 8ª. edição, 2006). Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/3a25cc4f-a0ea-402c-8878-b55dc5d3332e/Default.aspx>>. Acesso em: 1º de abril de 2011.

21. Fonte: “Paixão pelas letras”. Correio Braziliense, 12 de janeiro de 2009.

*Leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro. Mesmo sendo uma fonte de informação importante, a pesquisa não abarca apenas o mundo da literatura, considerando, também, a leitura de livros didáticos e da obra mais lida pelo brasileiro: a Bíblia. Para Áurea Alencar, os dados obtidos pela pesquisa indicam mudanças, mas não chegam a um aprofundamento acerca de como se configura a leitura. “A pesquisa mostra que o número de leitores e a venda de livros aumentaram, mas os dados não indicam ao certo que leitura é essa”, adverte.

Ao contrário do que ocorre com políticas públicas de outros campos já investigados pela ANDI, os órgãos governamentais são pouco utilizados como fontes estatísticas. O Governo Federal em geral (0,6%), o Ministério da Educação (0,9%) e o Ministério da Cultura (0,2%), por exemplo, refletem esta tendência. Este dado indica, segundo analistas, uma ausência de dados aprofundados sobre o tema, especialmente no que diz respeito a aspectos qualitativos do perfil dos leitores, o que seria estratégico para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas da área.

Entre os dados disseminados, chama a atenção em 2008 os indicadores de hábitos de leitura, com especial destaque para a já citada pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*. Já em 2009, destacam-se os dados referentes à vendagem de livros, especialmente ligada à veiculação de dados da indústria do livro.

### Indicadores de impacto

Entre as iniciativas que se desenham na busca por indicadores mais precisos sobre os impactos da leitura – especialmente das bibliotecas – no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, se insere estudo coordenado pelo pesquisador Ricardo Paes de Barros, que está em curso no momento e conta com apoio do Instituto Ecofuturo. Os dados finais da investigação serão divulgados ainda em 2011.

**Tabela 12 – Tipos de dados mencionados**

	Ano		Total
	2009	2008	
Indicadores de comportamento / hábitos de leitura	11,4%	22,4%	16,4%
Vendagem de livros	19,4%	8,4%	14,5%
Número de bibliotecas	5,7%	5,6%	5,7%
Indicadores de desempenho escolar	0,6%	8,4%	4,1%
Número de livros editados e/ou exemplares impressos	4,6%	3,5%	4,1%
Indicadores de alfabetização	2,9%	2,8%	2,8%
Número de leitores constantes	2,9%	1,4%	2,2%
Número de leitores infanto-juvenis	2,3%	0,7%	1,6%
Número de livros lidos por habitante em determinado período	2,3%	0,7%	1,6%
Número de ambientes de leitura (salas, pontos, centros)	0,0%	1,4%	0,6%
Número de livrarias e outros pontos de venda	0,6%	0,0%	0,3%
Outros	47,4%	44,8%	46,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

\*Referente a 21% dos textos que mencionam dados numéricos e estatísticos.



## O marco legal como elemento de contexto

Do ponto de vista da menção à legislação e de outros documentos de referência, apenas 3,5% dos textos levantaram algum instrumento legal de regulamentação da leitura, sendo que aparecem muito pouco as leis específicas da área. Dos textos que mencionam alguma legislação, 44% explicitam o conteúdo dos marcos legais abordados, ou seja, vão além da mera citação.

Documentos e acordos internacionais, como as Metas do Milênio (0,1%) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (0,1%), estiveram praticamente ausentes da cobertura. Outra referência fundamental negligenciada pelo noticiário é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, capitaneada pela Unesco e aprovada em 1990. O tratado, entre outros aspectos, posiciona a educação básica como a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes:

Artigo 1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.<sup>22</sup>

Já a indicação de serviços, tais como endereços, contatos telefônicos e outras informações de utilidade pública, é bastante utilizada, aparecendo em 30,3% dos textos em 2008 e 34,7% em 2009 – um aspecto positivo diante da missão dos jornais diários de oferecer oportunidades de acesso à leitura aos cidadãos.

**Tabela 13 – Marco legal\***

	2009	2008
Declaração Universal dos Direitos Humanos	0,1%	0,0%
Outros: tratados e convenções internacionais	0,1%	0,0%
Constituição Federal	0,3%	0,6%
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	0,5%	0,8%
Leis de Desoneração Fiscal do Livro (11.030/04 e 10.865/04)	0,1%	0,0%
Leis de Incentivo à Cultura (Rouanet e outras)	0,8%	1,0%
Outros: legislação ordinária (leis, decretos, portarias, etc.)	0,5%	1,3%
Projetos de Lei e PECS	0,3%	0,4%
Outra	0,3%	0,8%
Não cita legislação, documentos ou jurisprudência	97,3%	95,6%

\*A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

22. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

## Causas, consequências e soluções

Um dos aspectos mais importantes que envolvem a produção de um jornalismo contextualizado é, sempre que possível, o estabelecimento de relações de causalidade entre os assuntos discutidos. As eventuais causas de um problema, as consequências que gera e as prováveis soluções que podem ser apresentadas são elementos constitutivos de uma abordagem para além do fato imediato.

Em linhas gerais, é baixo o grau de contextualização verificado segundo estes critérios. Se a apresentação de causas (18,2%) e consequências (17,2%) tende a ser mais expressiva, a cobertura pouco vislumbra soluções para os problemas enfrentados na área (11,3%). Alguns aspectos importantes:

- Neste quesito, em 2009 os dados são ainda mais tímidos em relação a 2008 – o que indica que o crescimento quantitativo do número de notícias não foi acompanhado pela manutenção da qualidade;
- O Governo aparece nas duas pontas como um dos principais responsáveis pelos problemas enfrentados nas políticas de leitura literária (22,9%) e também como um dos agentes que deveriam formular e implementar as soluções (27,8%);
- Os indivíduos aparecem mais fortemente como responsáveis pelas causas (21%) do que pelas soluções (17,2%). Por outro lado, a escola, os professores e as famílias estão mais associados às soluções do que às causas para os problemas.

“

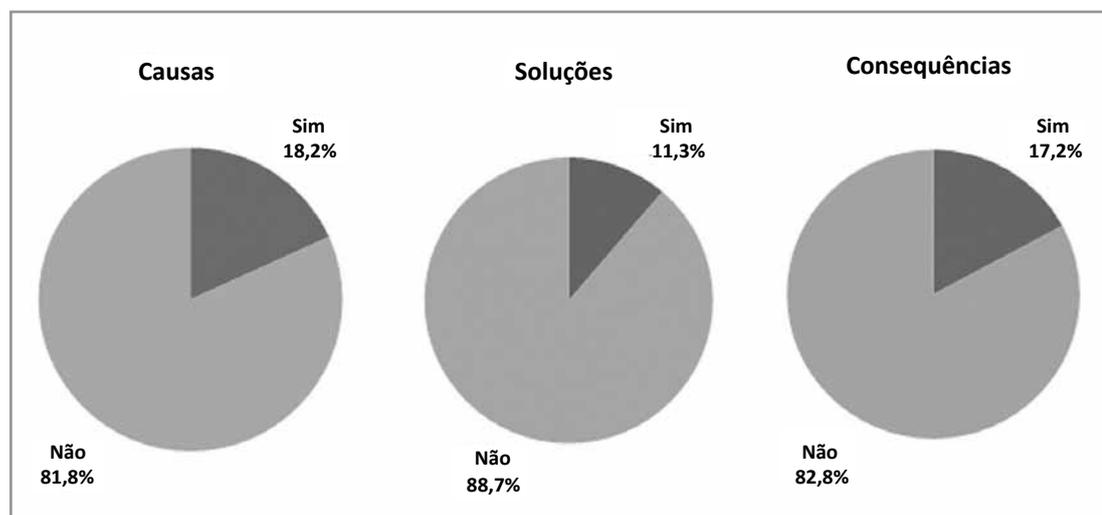
### O universo de leitores

Se os pais ou amigos não leem, não há por que a criança valorizar a leitura. Não formando um repertório de leituras desde cedo, ela não auferirá do conhecimento prévio que lhe facultaria a comparação do novo com o familiar, tornando-se capaz de emitir juízos sobre o que lê. Assim, declina o número de leitores na próxima geração, e outro ciclo vicioso se instaura.

Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini, 2010.

”

Gráfico 07 – Cita Causas, Soluções e Consequências (2008 e 2009)





**Tabela 14 – Responsáveis pelas causas e soluções**

	Atores responsáveis pelas causas* 2008 e 2009 %	Atores responsáveis pelas soluções** 2008 e 2009 %
Governo brasileiro	22,9%	27,8%
Indivíduos	21,0%	17,2%
Sociedade civil organizada	14,0%	13,0%
Setor privado	11,4%	5,9%
Escola	6,6%	10,7%
Professores / educadores	4,8%	7,7%
Universidades e instituições de pesquisa	4,8%	3,0%
Famílias	3,0%	7,7%
Organismos internacionais	1,1%	0,6%
Sociedade em geral	1,1%	4,1%
Legislativo	1,1%	0,1%
Políticos	0,7%	0,0%
Governos estrangeiros	0,4%	0,0%
Não foi possível identificar	7,0%	2,4%

\*Referente a 18,2% dos textos que mencionam causas.

\*\* Referente a 11,3% dos textos que mencionam soluções.

## Um olhar sobre a pluralidade: públicos específicos e atores presentes

A diversidade de pontos de vista e opiniões, princípio básico dos manuais de jornalismo, também é um fator indispensável para uma cobertura capaz de qualificar o debate público sobre um determinado assunto. Um primeiro dado que salta aos olhos, nesse sentido, é que a cobertura sobre leitura literária com foco em crianças e adolescentes dialoga com uma diversidade grande de fontes e atores, mas apresenta de forma muito reduzida a divergência de ideias.

Enquanto 40,8% das notícias apresentam mais de uma fonte de informação e, portanto, tendem a um debate mais diversificado sobre o tema da leitura literária, somente 1,6% dos textos apresentam opiniões divergentes – valor bastante reduzido em comparação a outras análises promovidas pela ANDI.<sup>23</sup>

A existência de um grande consenso em torno da premência de uma sociedade leitora, por um lado, não elimina a necessidade de um debate vivo sobre as diversas nuances que envolvem este tema. Para Cida Fernandez, há pouca crítica na sociedade. *“A imprensa reflete o que o movimento literário ainda está fazendo. O debate político mesmo ainda não ‘pegou’”*, argumenta.

Já para Áurea Alencar, a divergência pode ser identificada com mais clareza em alguns aspectos específicos. *“Quando se trata de letramento, por exemplo, há inúmeras divergências em torno de conceitos pedagógicos de formação de leitores na escola, mas quando a gente trata da formação de leitor escolar de um modo geral, de acesso ao livro, não é divergente. Não há tanta divergência”*.

Do ponto de vista temporal, em 2008, a diversidade de fontes de informação por matéria foi mais expressiva (52,8%) em comparação aos dados de 2009 (35,1%). A menção a opiniões divergentes, contudo, permanece limitada nos dois anos.

Por outro lado, os jornais de abrangência nacional, em linhas gerais, apresentam um número maior de notícias com várias fontes (47,2%) e com opiniões divergentes (3,5%), sem, no entanto, reverter a distância entre os dois indicadores.

---

23. Algumas pesquisas realizadas pela ANDI apontam maior atenção a opiniões divergentes, tais como as coberturas sobre educação (10,3%), mudanças climáticas (9,5%) e ciência & tecnologia (10,6%).



## Quem é consultado?

Para além da quantidade, é fundamental traçarmos o perfil das instituições e dos sujeitos ouvidos pelos jornalistas para a produção das notícias – tendo em vista critérios de diversidade. Para tanto, a pesquisa verificou quais fontes de informação tiveram mais espaço na cobertura.

É importante notar, inicialmente, que o noticiário sobre leitura literária é muito pouco dependente de fontes oficiais, o que permite a entrada de atores que geralmente não estão em cena, tais como representantes da sociedade civil, educadores e outros especialistas. Por outro lado, cabe lembrar que o baixo índice de vozes governamentais como fonte principal também caracteriza uma cobertura pouco pautada pelo acompanhamento crítico das políticas públicas, o que, certamente é um aspecto negativo desta configuração.

Os poderes públicos se apresentam como uma parcela bastante reduzida das principais fontes de informação em comparação com outras coberturas investigadas pela ANDI (8,6%). No universo da infância como um todo, por exemplo, este tipo de fonte representa cerca de um terço dos entrevistados, segundo dados da ANDI referentes ao ano de 2009.

Sem dúvida, por outro lado, uma cobertura menos oficialista abre espaço para demandas do conjunto da sociedade que merecem estar traduzidas no noticiário. Para Patrícia Lacerda, o sucesso das políticas na área depende de um alinhamento dos diversos atores que compõem uma espécie de “cadeia produtiva da leitura”. *“Nenhum ator isolado vai conseguir mudar o estado das coisas no Brasil. Não vai ser por decreto que a coisa vai mudar. A sociedade civil tem um papel nisso, e os agentes privados também. É preciso trabalhar em várias frentes. Um primeiro ponto é trabalhar na qualificação da demanda, porque as pessoas têm que desejar ler, têm que querer, têm que pressionar por isso. Esta ainda é uma demanda latente, e não uma demanda manifesta. Por isso, o imaginário social para a leitura é importante”*, afirma a especialista.

O maior destaque entre as fontes de informação são os especialistas (28,9%), que incluem, por um lado, pesquisadores e analistas, mas também escritores e ilustradores, os quais predominam neste grupo. As organizações da sociedade civil, contudo, ainda são consultadas de forma reduzida (7,4%).

Chama a atenção a participação expressiva da população em geral como personagem na construção da notícia. Professores e educadores (6,3%), as próprias crianças e os adolescentes (4,2%) e os indivíduos em geral (9,0%) podem ser lembrados neste sentido.

Tabela 15 – Principal fonte de informação consultada

	Ano		Total
	2009	2008	
Poderes Públicos	6,6%	11,9%	8,6%
<i>Executivo Federal</i>	0,3%	1,7%	0,8%
<i>Ministério da Cultura</i>	0,2%	0,4%	0,3%
<i>Ministério da Educação</i>	0,2%	0,6%	0,3%
<i>FNDE</i>	0,0%	0,2%	0,1%
<i>Executivo Estadual</i>	3,9%	2,9%	3,6%
<i>Executivo Municipal</i>	1,6%	5,9%	3,1%
<i>Judiciário</i>	0,0%	0,0%	0,0%
<i>Ministério Público</i>	0,1%	0,0%	0,1%
<i>Legislativo Federal</i>	0,2%	0,0%	0,1%
<i>Legislativo Estadual ou Distrital</i>	0,1%	0,0%	0,1%
<i>Legislativo Municipal</i>	0,0%	0,2%	0,1%
Organismos Internacionais	0,0%	0,4%	0,2%
Autores, ilustradores e especialistas	32,7%	21,8%	28,9%
Universidade	2,8%	3,8%	3,2%
Institutos de pesquisa	0,2%	1,1%	0,5%
Organizações da Sociedade Civil	6,7%	8,8%	7,4%
<i>Outras Organizações da Sociedade Civil</i>	5,1%	5,0%	5,0%
<i>Academia Brasileira de Letras (ABL)</i>	0,1%	0,6%	0,3%
<i>Câmara Brasileira do Livro</i>	0,2%	1,0%	0,5%
<i>Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ)</i>	0,6%	0,8%	0,7%
<i>Institutos e fundações empresariais</i>	0,4%	0,8%	0,5%
<i>Instituto C&amp;A</i>	0,0%	0,4%	0,1%
<i>Instituto Ecofuturo</i>	0,1%	0,0%	0,1%
<i>Sindicados e federações de trabalhadores</i>	0,2%	0,2%	0,2%
Empresas	2,9%	5,6%	3,8%
<i>Empresas não-estatais</i>	2,4%	4,4%	3,1%
<i>Empresas estatais</i>	0,0%	0,2%	0,1%
<i>Associações setoriais de empresários</i>	0,4%	0,8%	0,5%
<i>CNI e outras</i>	0,0%	0,0%	0,0%
<i>Federações estaduais de indústrias e outras</i>	0,1%	0,2%	0,1%
Professores / educadores	5,8%	7,3%	6,3%
Crianças e adolescentes	3,8%	5,0%	4,2%
Indivíduos	7,9%	11,1%	9,0%
Outros	0,9%	0,4%	0,7%
Não foi possível identificar	29,5%	23,3%	27,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

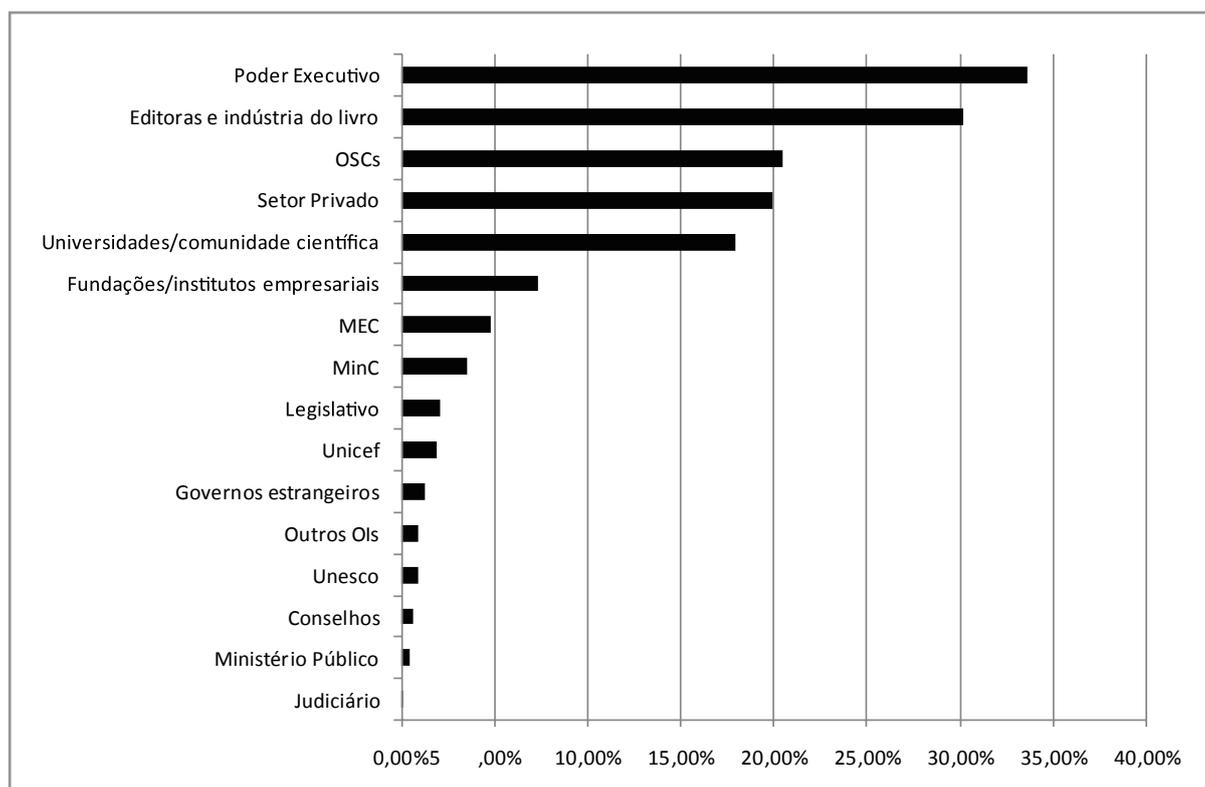


## Atores presentes no noticiário

Outra forma de analisar a diversidade de atores envolvidos na cobertura é a quantificação das menções a determinadas instituições e grupos sociais. Nem sempre os atores citados são ouvidos na cobertura, mas a sua presença nos oferece indicadores acerca da multiplicidade das perspectivas envolvidas no noticiário.

- Entre as instituições mencionadas – como mostra o Gráfico 08 – têm destaque o Poder Executivo (33,6%) e os representantes do setor editorial (30,2%). É interessante notar que o percentual de citações a estes atores supera amplamente a sua efetiva participação como fontes de informação prioritárias (como vimos na Tabela 15). Isso indica que a imprensa os reconhece como interlocutores importantes, mas que não são ouvidos em profundidade pelo noticiário;
- Aparecem com espaço semelhante as organizações da sociedade civil (20,5%), o restante do setor privado (19,9%) e as universidades (17,9%).

Gráfico 08 – Atores mencionados



\*A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

## Públicos destacados

Cerca de 42% dos textos mencionam um público beneficiário/envolvido nas políticas e ações noticiadas. Desse percentual, as crianças e os adolescentes são o alvo de 75,4% das menções – resultado natural diante do perfil da amostra.

- Entre os textos que citam um determinado público, há alguma relevância para a menção a atores de segmento de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade (9,4%). Contudo, é pequena a discussão sobre a diversidade entre classes sociais em geral (2,4%);
- Da mesma forma, é quase inexistente a discussão sobre alguns elementos fundamentais inerentes à política de leitura literária, como o viés de gênero (1,4%), de raça/etnia (1,1%) e das pessoas com deficiência (1,4%).

## Enquadramentos

Uma forma adicional de avaliar as escolhas operadas pelos jornalistas é a utilização do conceito de enquadramento. Um mesmo tema pode ser “enquadrado” pelas redações de modos particulares e a partir da perspectiva de diversas instituições. Pode-se discutir, por exemplo, a questão do acesso às bibliotecas públicas de um ponto de vista educacional, mas também sob a ótica do meio ambiente, do lazer ou da política.

Para o pesquisador Sanghee Kweon<sup>24</sup>, “um enquadramento conecta ideias dentro de uma notícia de tal modo que sugere uma interpretação particular de um assunto”. Neste sentido, continua o autor, “uma importante função do enquadramento é definir um problema ou uma solução. Que aspectos do tema são mais importantes e como eles são apresentados?”.

O enquadramento temático mais utilizado na pesquisa realizada pela ANDI, pelo Movimento por um Brasil literário e pelo Instituto C&A foi o cultural (35,5%), que mantém sua importância entre os demais enquadramentos entre 2008 e 2009. Em seguida aparece a perspectiva educacional (23,5%), que possui maior visibilidade relativa no primeiro ano analisado.

Mais do que diferenças temáticas, os enquadramentos reforçam, no caso do debate sobre a leitura, um dos estereótipos mais frequentes para a área: a cisão entre a perspectiva da educação e da cultura. Na opinião de Patrícia Lacerda, nos estados e municípios, esta divisão se apresenta de forma mais evidente. *“A educação hoje é a prima rica das secretarias. Há recursos constitucionalmente vinculados, carimbados para a educação. Porém, em muitos lugares, a educação é conservadora, não inova. Já a cultura tem um papel de transgressão, de chacoalhar as coisas. Muda o perfil das pessoas que estão em um lugar e em outro”*.

Enquanto as notícias com enquadramento cultural se dividem entre uma abordagem mais voltada para as políticas públicas, para a crítica literária e os

24. KWEON, Sanghee. **A framing analysis:** how did three U.S. news magazines frame about mergers or acquisitions? *The International Journal on Media Management*, v. 2, n. 3/4, p. 165-177, 2000. p. 166-7.



eventos da área, é interessante notar que a imensa maioria (77%) das notícias com o viés educacional se concentra nas políticas e ações de promoção da leitura.

Há uma grande quantidade de textos que não se concentra em um determinado tipo de instituição (47,5%), em comparação com outras análises promovidas pela ANDI. Ou seja, se configura um noticiário menos *hard news*, voltado especialmente para o debate de temas literários e casos individuais.

O espaço para as autoridades governamentais, como vimos anteriormente, é reduzido em comparação a outras pesquisas da ANDI – o que prejudica um olhar pausado pelas políticas públicas. Por outro lado, a cobertura se apresenta de forma mais equilibrada na comparação do espaço dedicado aos três grandes setores da sociedade: governo (15,7%), setor privado (8,3%) e organizações da sociedade civil (9,7%).

**Tabela 16 – Enquadramento temático**

	Ano		Total
	2009	2008	
Cultural	35,9%	34,9%	35,5%
Educacional	18,5%	32,6%	23,5%
Individual	16,3%	16,0%	16,2%
De entretenimento	17,0%	6,7%	13,4%
Econômica / financeira	2,1%	1,1%	1,7%
Política	0,9%	0,6%	0,8%
Ambiental	0,5%	0,8%	0,6%
Da saúde	0,3%	1,0%	0,5%
Não foi possível identificar	8,5%	6,3%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela 17 – Enquadramento institucional**

	Ano		Total
	2009	2008	
Do Poder Executivo	14,7%	17,6%	15,7%
Do Poder Legislativo	0,4%	0,8%	0,5%
Do Poder Judiciário	0,0%	0,2%	0,1%
Do Setor Privado	7,9%	9,2%	8,3%
Das organizações da sociedade civil	7,8%	13,2%	9,7%
Fundações / institutos empresariais	2,3%	3,6%	2,8%
Dos organismos internacionais	0,1%	0,6%	0,3%
Das instituições de ensino e pesquisa	5,3%	6,7%	5,8%
Parcerias / articulações	8,1%	11,8%	9,4%
Não há enquadramento institucional	53,5%	36,5%	47,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

## Poder Executivo

Em se tratando da presença dos governos, tem destaque a discussão a partir do âmbito municipal e estadual – porque, como vimos, são os tipos de localidade que predominam nesse noticiário.

Quase um quarto da cobertura relacionada ao Poder Executivo está focada em programas específicos (23,5%), com uma ampla diversidade do ponto de vista regional. Grandes ações de expressão nacional aparecem de forma ainda tímida, como é o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (4,7%), do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (2,1%) e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) (2,6%).

No caso do PNLL, os especialistas destacam que a esperada integração entre os esforços dos ministérios da Cultura e Educação garante maior visibilidade. Para Áurea Alencar, o estabelecimento de uma agenda comum deve ser ressaltado. *“Por enquanto, ele é um plano ainda a ser executado, mas pelo menos aqui começa a haver um diálogo, e isso é muito importante. Eu valorizo especialmente este aspecto”*.

Na prática, contudo, ainda falta muito para uma efetiva integração das políticas de educação e cultura, conforme argumenta Cida Fernandez: *“Toda a carta de intenção e toda a normatização que se está fazendo se concentram na proposta de articulação. Mas na base, na execução, isso não acontece – acaba ficando no papel. O mesmo acontece com a destinação de recursos. Cada qual faz o seu pedaço: o que deveria estar sendo integrado na ponta acaba acontecendo mais no contexto da sociedade civil do que no do Estado”*.

Na cobertura da imprensa entre as ações governamentais setoriais se destacam o investimento em bibliotecas e centros de leitura (12,0%) e a realização de eventos e prêmios (10,3%). Também é possível ressaltar a menção a aprimoramentos na distribuição e circulação de livros (4,7%). De acordo com Cida Fernandez, tais políticas têm sido constantemente melhoradas. *“Existe uma comissão técnica de altíssima qualidade que escolhe os livros. Disso a gente não tem dúvida: o processo de seleção melhorou muito; inclusive, se democratizou a quantidade de editoras. Antes era um grupo restrito que detinha todo esse recurso, e agora isso se ampliou [...]. Não significa que ainda não existam interesses em jogo. No entanto, esta equipe qualificada, responsável pela análise técnica dos livros, faz toda a diferença”*.

Em relação à cobertura jornalística, ainda vale registrar que aspectos importantes associados à educação foram pouco trabalhados, como é o caso da formação de educadores (0,9%), da formação de mediadores (1,7%) e de outras ações de formação (1,7%).

Dentre os temas ligados às políticas públicas, também cabe destacar:

- Dos textos com enquadramento no Poder Executivo, 13,2% mencionam orçamento público para a área;
- Cerca de 4% das matérias relacionadas centralmente ao Executivo mencionam indicadores de resultado/impacto. O mais citado é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (1,3%);
- Apenas 1% dos textos concentrados nos governos comparam as políticas brasileiras com as de outros países.

## Novos centros de leitura

Diante da estruturação de novos ambientes de estímulo à leitura, especialmente por parte do Ministério da Cultura, vale destacar dois programas:

### Pontos de Leitura

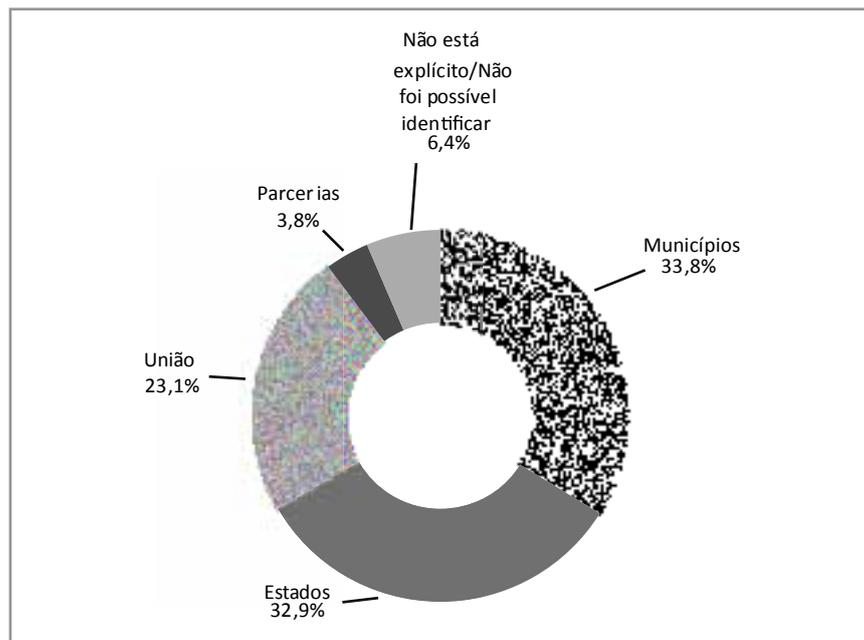
O Ministério da Cultura (MinC) tem selecionado iniciativas culturais que fortaleçam a prática da leitura no país. Os Pontos de Leitura objetivam impulsionar a capacidade de fomentar e estimular a leitura em diferentes locais, como presídios, hospitais e residências. Os projetos que foram selecionados receberam um kit com livros, assim distribuído: 50% de obras de ficção; 25% de não-ficção e 25% de referência. Além disso, fizeram parte do kit um computador e um mobiliário básico.

### Bibliotecas Comunitárias

O Ministério da Cultura (MinC), por intermédio do Programa Mais Cultura, e em parceria com estados e municípios, realiza a premiação de iniciativas culturais desenvolvidas por instituições da sociedade civil, com o intuito de promover o apoio à leitura. Os recursos financeiros são voltados para a aquisição de acervo, para o apoio à programação cultural e/ou educativa e para o investimento na reforma do espaço físico. As ações de fortalecimento estão baseadas, entre outros aspectos, na democratização do acesso ao livro, na formação de mediadores, no estímulo à acessibilidade e na valorização da leitura e da informação.



Gráfico 09 – Nível de governo\*



\*Referente a 15,7% dos textos que enquadram centralmente o Poder Executivo.

Tabela 18 – Quando enquadra o setor governamental\*

	Ano		Total
	2009	2008	
Programa governamental específico	21,1%	27,2%	23,5%
Investimento em bibliotecas e centros de leitura	9,2%	16,3%	12,0%
Eventos / prêmios	9,9%	10,9%	10,3%
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	4,2%	5,4%	4,7%
Distribuição / circulação de livros	6,3%	2,2%	4,7%
Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	3,5%	1,1%	2,6%
Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler)	1,4%	3,3%	2,1%
Avaliação e seleção de obras a serem adquiridas pelo Estado	2,8%	0,0%	1,7%
Formação de mediadores	0,7%	3,3%	1,7%
Ações de formação / educação	0,7%	3,3%	1,7%
Fundos / recursos para a área	1,4%	1,1%	1,3%
Formação de docentes e educadores	0,7%	1,1%	0,9%
Legislação / marco regulatório	0,7%	1,1%	0,9%
Parcerias com organizações da sociedade civil	1,4%	0,0%	0,9%
Monitoramento e avaliação das políticas	0,0%	1,1%	0,4%
Subsídios e isenções fiscais para a edição de livros	0,7%	0,0%	0,4%
Parcerias com o setor privado	0,7%	0,0%	0,4%
Outra	1,4%	4,3%	2,6%
Não foi possível identificar	33,1%	18,5%	27,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

\*Referente a 15,7% dos textos que enquadram centralmente o Poder Executivo.

## Fundamentos das políticas de leitura

*As políticas de leitura gerenciadas pela escola [...] respondem às expectativas colocadas nela, vistas desde o prisma econômico – promovem-se consumidores ativos para o mercado – ou político – formam-se indivíduos conscientes, aptos a exercerem sua cidadania de modo elogiável. Conforme os critérios vigentes, a boa escola é a que corresponde às políticas de leitura que lhe deram nascimento; se essas são contraditórias, a causa não está na instituição, e sim na sociedade que se vale dela para preparar os sujeitos de que carece.*

Regina Zilberman e Maria da Glória Bordini

## O papel das empresas

Conforme vimos, dada a ausência de uma dedicação maior à perspectiva de políticas públicas governamentais na cobertura sobre leitura literária, temos uma presença mais equitativa da sociedade civil e das empresas em relação à participação do setor público. Cabe verificarmos alguns detalhes referentes à abordagem destes setores.

Quando estão em quadro os setores empresariais, o campo editorial se destaca amplamente (63,7%), conforme explicado na Tabela 19. Em seguida, aparecem as organizações de mídia (7,3%), também diretamente interessadas na promoção de novos leitores e, conseqüentemente, na formação de público. Os demais setores aparecem pulverizados, sem grande prevalência de nenhuma área. Segundo Patrícia Lacerda, este desenho reflete o fato de que a indústria livreira no Brasil, ao longo dos últimos anos, se profissionalizou: *“A qualidade do livro melhorou muito, e temos hoje uma complexa cadeia de atores em ação. Ao mesmo tempo, há muito mais leitores”*.

Por outro lado, os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial (4%) e Investimento Social Privado (2,4%) carecem de maior destaque na cobertura que enfoca as empresas.<sup>25</sup> Em suma, as estratégias empresariais aparecem com força entre os setores com envolvimento direto na questão (como o editorial e as empresas de mídia), mas surgem de forma limitada com relação a outras atividades, que merecem avaliação a partir de uma ótica de responsabilidade social.

**Tabela 19 – Quando enquadra o setor empresarial**

	Ano		Total
	2009	2008	
Estratégias empresariais da indústria do livro / editoras	59,2%	58,3%	58,9%
Programa / projeto específico	15,8%	22,9%	18,5%
Incentivo à leitura na comunidade em que atua	15,8%	12,5%	14,5%
Parceria com órgãos governamentais	2,6%	2,1%	2,4%
Atuação de associações relacionadas à indústria do livro	1,3%	0,0%	0,8%
Bibliotecas de empresas	0,0%	2,1%	0,8%
Parceria com organizações da sociedade civil	1,3%	0,0%	0,8%
Outro	3,9%	2,1%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

\*Referente a 8,3% dos textos que enquadram centralmente o setor empresarial.

25. Ainda que o conceito de Responsabilidade Social das empresas tenha sido pouco empregado, não podemos deixar de mencionar uma presença importante das fundações e dos institutos empresariais, que por critérios metodológicos foram classificados no eixo “Organizações da Sociedade Civil”.



## Leitura e sociedade civil

Das matérias concentradas no campo da sociedade civil, chama a atenção a participação de setores especializados no tema, como associações (21,1%), institutos (17,8%) e fundações (15,7%). Movimentos sociais (0,0%), sindicatos (5,9%) e associações de bairro (1,6%) tiveram presença nula ou reduzida – como ilustra a Tabela 20.

Do ponto de vista particular da sociedade civil, Áurea Alencar chama a atenção para o crescimento na implantação de bibliotecas comunitárias, inclusive com a disponibilização de recursos governamentais. *“Como exemplo, vale mencionar um novo edital do governo para bibliotecas comunitárias, voltado à implantação de espaços e à formação de educadores e de mediadores de leitura. É isso mesmo: livro nós temos, nas escolas, muitas vezes mantidos dentro de caixas. O problema é como fazer essa aproximação do livro com a criança, com o adolescente, com o adulto. E como garantir essa mediação”*.

Se a sociedade pode contribuir desenvolvendo novas estratégias de formação e mediação, também cabe a estes atores demandar soluções para a construção de um país leitor. Para Cida Fernandez, o movimento social de leitura ainda carece de politização. *“A imprensa, a meu ver, reage às nossas provocações – tanto do Estado como da sociedade. Um exemplo importante foi o da aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). [...] A repercussão na imprensa se deu a partir de toda uma pauta de mobilização social da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Antes disso, a questão não aparecia. Então, eu acho que a gente carece desse tipo de articulação no movimento de literatura”*.

Tabela 20 – Quando enquadra a sociedade civil organizada \* \*\*

	Ano		Total
	2009	2008	
Associações	27,8%	13,6%	21,1%
Institutos	14,4%	21,6%	17,8%
Fundações	15,5%	15,9%	15,7%
ONGs	11,3%	20,5%	15,7%
Sindicatos e federações	7,2%	4,5%	5,9%
Redes e articulações	3,1%	1,1%	2,2%
Associações de bairro	1,0%	2,3%	1,6%
Voluntariado	0,0%	3,4%	1,6%
Igrejas / instituições religiosas	0,0%	1,1%	0,5%
Não foi possível identificar	19,6%	15,9%	17,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

\*Referente a 9,7% dos textos que enquadram centralmente as organizações da sociedade civil.

\*\*A classificação referente a categorias de organizações da sociedade civil respeitou a forma como elas se apresentam publicamente, não levando em consideração a real constituição jurídica de cada entidade.

## Os recursos em questão

Por fim, cabe destacar na presente análise um tema que afeta a todos os setores da sociedade envolvidos na cobertura: quem financia as ações de promoção da leitura literária?

No que diz respeito aos poderes públicos, o processo de formulação e execução do orçamento representa um espaço estratégico para o exercício do controle social sobre os gastos e investimentos. É durante a formulação que a população tem a possibilidade de verificar a coerência entre as propostas e as plataformas defendidas pelo governo, identificando as questões que de fato são priorizadas na distribuição dos recursos. Além disso, ao acompanhar a sua execução, é possível avaliar em que medida as prioridades estabelecidas são realmente respeitadas.

Para além dos recursos públicos, a pesquisa identificou a menção a outras fontes de financiamento, seja no setor empresarial ou na sociedade civil. Estes aspectos, entretanto, foram apresentados em apenas 7,9% dos textos – o que também é indicativo de que a cobertura ainda avança pouco quanto a uma maior diversidade de indicadores estratégicos para o acompanhamento de políticas públicas.

Especialistas na área apontam vários elementos que podem ser investigados e monitorados pela imprensa. Para Cida Fernandez, os dados publicados pelo MEC mostram um crescimento, verificado no passado recente, no montante de investimentos públicos na compra de livros, ainda que não seja possível um olhar mais preciso sobre a qualidade dos resultados obtidos com a política. *“Olhando o PNBE, vemos que há um investimento entre 1998 e 2008 que implica um aumento de 239% no volume de livros adquiridos, 351% no número de editoras envolvidas e 290% em termos de valores de reais. Entretanto, não fica claro qual é o resultado em relação à ampliação da quantidade de pessoas alcançadas. Não existem dados que façam uma correlação precisa”*.

No campo do financiamento público, também é importante notar as peculiaridades de setores governamentais. Para Patrícia Lacerda, estas diferenças estruturantes interferem na forma de financiamento de cada setor. *“Na Cultura, que não tem obrigação de universalidade, o financiamento ocorre principalmente via fundos e renúncia fiscal. Na Educação, é o orçamento público que está bancando os investimentos. A responsabilidade está diretamente nas mãos dos entes federativos”*.

Neste sentido, vale salientar que, entre as notícias que mencionam financiamento, 40,6% identificam repasses dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A segunda fonte mais destacada são as empresas privadas (17,8%), com significativa presença dos institutos e das fundações empresariais (5,9%).

## Financiamento em debate

Em relação aos aspectos qualitativos que envolvem o financiamento das ações de promoção da leitura,<sup>26</sup> a discussão sobre a falta de recursos (7,6%) supera o debate

26. Dados referentes a 7,9% dos textos que mencionam alguma fonte de financiamento.



sobre os resultados do investimento (2,5%) e as boas práticas na gestão dos recursos (0,8%). A maior parte dos textos, contudo, discute a quantidade de recursos de um determinado programa (25,4%).

Não foram identificadas na pesquisa notícias sobre a dificuldade de acessar recursos financeiros ou a complexidade no preenchimento de requisitos para editais e seleções públicas. Este ponto é ressaltado por Cida Fernandez, especialmente em relação ao Ministério da Cultura. *“Temos uma grande quantidade de editais que cobrem aspectos como o apoio à produção de novos autores, a tradução de livros de língua portuguesa para outros países e a qualificação de parâmetros técnicos [...] Esses recursos são acessados por editais não só no plano federal, mas também via estado e município, o que termina sendo um desafio adicional, pois a normatização de cada tipo de edital é muito diversa”*.

No que se refere à cobertura, merece atenção o foco de que 9,7% de todos os textos analisados citam recursos não financeiros, tais como apoio técnico e ações de voluntariado. A doação de livros e acervos ocupa 7,5% do material, enquanto o voluntariado e o oferecimento de qualificação e capacitação aparecem com 1,4% e 0,3%, respectivamente.

**Tabela 21 – Formas de financiamento mencionadas\***

	%
Repasses do Governo Federal	18,6%
Empresas privadas	17,8%
Repasses do Governo Estadual	12,7%
Repasses do Governo Municipal	9,3%
Doações individuais	6,8%
Institutos / fundações privados	5,9%
Organizações não-governamentais	3,4%
Empresas estatais	3,4%
Lei estadual de Incentivo à Cultura	2,5%
Lei municipal de Incentivo à Cultura	2,5%
Outros fundos	1,7%
Lei federal de Incentivo à Cultura (Rouanet)	1,7%
Orçamentos de entidades paraestatais (ex.: Sistema S, Apex)	1,7%
Recursos de organismos internacionais	0,8%
Fundeb	0,8%
Outra	1,7%
Não foi possível identificar	8,5%
Total	100,0%

\*Referente a 7,9% dos textos que mencionam alguma fonte de financiamento.

## Para entender a pesquisa

A presente pesquisa definiu como meta central traçar o perfil quantitativo e as principais tendências qualitativas da cobertura sobre leitura literária, tendo como público prioritário crianças e adolescentes. Para tanto, foi analisada a produção de 40 jornais impressos brasileiros sobre o tema, entre os anos de 2008 e 2009 (ver lista completa de veículos na página 57).

Com este objetivo, foi utilizada uma técnica de pesquisa conhecida como “análise de conteúdo”. A aplicação deste tipo de ferramenta permite avaliar aspectos quantitativos dos objetos de análise por meio da mensuração da recorrência de determinados elementos em um conjunto de textos.<sup>27</sup> Diferentemente dos modelos de estudo sobre o discurso, a análise de conteúdo não busca identificar subjetividades, intencionalidades e potencialidades possivelmente presentes nos recursos linguísticos empregados.

Tendo-se em vista este campo metodológico, o estudo se orientou a partir das seguintes etapas:

- Definição das listas de palavras-chave utilizadas na seleção de notícia;
- Definição da amostra a ser utilizada;
- Definição de um instrumento para análise das matérias;
- Treinamento dos profissionais responsáveis pela classificação dos textos;
- Classificação dos textos jornalísticos segundo o instrumento elaborado;
- Checagem aleatória, para avaliação da produção dos classificadores;
- Inserção em banco de dados;
- Produção dos resultados agregados;
- Análise dos resultados.

## Critérios de seleção de notícias

Inicialmente foram selecionados eletronicamente textos jornalísticos (editoriais, colunas, artigos de opinião, entrevistas e reportagens) com mais de 500 caracteres que contivessem pelo menos uma das palavras-chave definidas previamente. A busca foi realizada em base de dados mantida pela ANDI para o acompanhamento de como a imprensa cobre o universo da infância e adolescência.<sup>28</sup>

A escolha dos termos orientadores da seleção teve como critério a compilação de todos os textos que, de forma explícita, fizessem menção ao universo da leitura literária, tendo-se em vista uma série de expressões e seus correlatos: “livro”, “literatura”, “literário(a)”, leitor(a)”, “leitura”, “escritor(a)” e “biblioteca”.

27. De acordo com Anders Hansen, professor da Universidade de Leicester, o método da análise de conteúdo: “[...] segue um conjunto claro de passos, o que é uma de suas características mais atrativas, ainda que também vulnerável a abusos. Fundamentalmente, aqueles que optam pela análise de conteúdo para o estudo da mídia devem reconhecer que tal método não é nada mais do que um conjunto de diretrizes sobre como analisar e quantificar o conteúdo midiático de forma sistemática e confiável”.

28. Nesse sentido, a base de dados já atuou enquanto um filtro importante, de modo a que os dados tivessem como foco este público específico.



Após o *clipping* eletrônico, deu-se início a um processo de triagem do material, de forma a eliminar textos que eventualmente não tivessem como foco principal temas relevantes para a agenda da leitura literária. Foram selecionadas notícias que abordaram especialmente as políticas públicas e ações dos diversos setores da sociedade para a promoção da leitura literária; a literatura e crítica literária com foco em obras para crianças e adolescentes; e eventos, campanhas, prêmios e outras atividades relacionadas à área.

Alguns filtros importantes foram centrais para a constituição do grupo de notícias a ser avaliado:

- Foram excluídas da análise as resenhas curtas e dicas literárias. Ainda que este tipo de texto seja importante para a difusão de obras literárias, considerou-se que tal conteúdo poderia ampliar demasiadamente a amostra de notícias e trazer resultados qualitativos pouco relevantes;
- Foram excluídas da análise notícias com menos de três parágrafos ou com trecho relevante do texto sobre a questão da leitura literária. Este critério teve o objetivo de manter apenas textos que oferecessem destaque significativo ao tema central da pesquisa;
- Foram excluídas notícias focadas em livros didáticos e/ou histórias em quadrinhos que não fizessem interface explícita com questões literárias;
- Não foram analisadas as notícias publicadas em suplementos dos jornais dedicados a crianças e a adolescentes. A ANDI já promoveu inúmeras análises sobre estes conteúdos, mas, por conta de suas especificidades, utiliza uma metodologia diversa de análise;<sup>29</sup>
- Não foram analisadas as cartas enviadas por leitores.

## O grupo de textos analisados e o instrumento de pesquisa

Observados todos esses procedimentos, foram selecionados 1.489 textos, sendo 524 publicados em 2008 e 965 em 2009.

O instrumento de pesquisa foi discutido e aprimorado durante reunião realizada em Brasília (DF), no dia 13 de abril de 2010, em encontro que contou com a presença de representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Centro de Cultura Luiz Freire, do Instituto C&A, do Instituto EcoFuturo, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, do Movimento por um Brasil literário, do Plano Nacional do Livro e Leitura, da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais e da Unesco, entre outras organizações.

Todos os textos identificados foram classificados por um grupo de analistas previamente treinados na metodologia. Posteriormente, um conjunto aleatório dessas matérias passou pela revisão de pesquisadores não envolvidos na primeira fase de classificação. Por fim, os questionários foram submetidos à análise de eventuais inconsistências por meio de *software* estatístico.

29. Mais informações em: <[http://www.andi.org.br/sites/default/files/midia\\_jovens\\_10anos.pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/midia_jovens_10anos.pdf)> . Acesso em: 1º de abril de 2011.

## Anexos

**Tabela 22 – Jornais pesquisados\* (% dos textos na amostra)**

		Ano		Total
		2008	2009	
1	A Crítica - AM	0,8%	0,4%	0,5%
2	A Gazeta - ES	3,1%	2,7%	2,8%
3	A Gazeta - MT	1,3%	2,2%	1,9%
4	A Gazeta - AC	0,8%	0,3%	0,5%
5	A Notícia - SC	3,1%	6,5%	5,3%
6	A Tarde - BA	3,4%	4,8%	4,3%
7	Correio Braziliense - DF	8,0%	7,2%	7,5%
8	Correio do Povo - RS	2,9%	0,7%	1,5%
9	Diário Catarinense - SC	4,8%	7,5%	6,5%
10	Diário da Manhã - GO	2,7%	2,2%	2,4%
11	Diário de Natal - RN	1,7%	0,8%	1,1%
12	Diário de Pernambuco - PE	2,7%	3,4%	3,2%
13	Diário do Nordeste - CE	4,6%	3,3%	3,8%
14	Estado de Minas - MG	3,4%	3,3%	3,4%
15	Folha de Boa Vista - RR	0,8%	1,3%	1,1%
16	Folha de Londrina - PR	5,0%	2,6%	3,4%
17	Folha de S. Paulo - SP	1,3%	2,7%	2,2%
18	Gazeta de Alagoas - AL	0,8%	0,3%	0,5%
19	Gazeta do Povo - PR	1,9%	0,1%	0,7%
20	Gazeta Mercantil - SP	0,2%	0,4%	0,3%
21	Hoje em Dia - MG	3,2%	1,9%	2,4%
22	Jornal da Cidade - SE	2,1%	0,9%	1,3%
23	Jornal de Brasília - DF	0,4%	0,9%	0,7%
24	Jornal do Brasil - RJ	2,9%	3,6%	3,4%
25	Jornal do Commercio - PE	3,6%	4,0%	3,9%
26	Jornal do Tocantins - TO	0,4%	2,0%	1,4%
27	O Dia - RJ	0,4%	1,5%	1,1%
28	O Estado de S. Paulo - SP	2,5%	5,0%	4,1%
29	O Estado do Maranhão - MA	5,0%	3,0%	3,7%
30	O Globo - RJ	3,1%	6,9%	5,6%
31	O Imparcial - MA	0,8%	0,4%	0,5%
32	O Liberal - PA	3,8%	2,5%	3,0%
33	O Norte - PB	3,8%	1,7%	2,4%
34	O Popular - GO	1,5%	2,4%	2,1%
35	O Povo - CE	3,8%	1,9%	2,6%
36	O Tempo - MG	2,3%	1,8%	1,9%
37	Valor Econômico - SP	1,1%	0,6%	0,8%
38	Zero Hora - RS	5,7%	6,3%	6,1%
39	Correio do Estado - MS	0,6%	0,0%	0,2%
40	Correio de Sergipe - SE	0,0%	0,0%	0,0%
	<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

\*O jornal Gazeta Mercantil deixou de circular em junho de 2009.

# Contatos

---



Movimento por um Brasil literário

[www.brasilliterario.org.br](http://www.brasilliterario.org.br)

Twitter: @Brasilliterario



ANDI - Comunicação e Direitos

SDS - Ed. Boulevard Center, Bloco A sala 101

70.391-900 - Brasília - DF

Telefone: (+55 61) 2102.6513

[www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)

Twitter: @andicomunicacao



Instituto C&A

Av. Pastor Martin Luther King Júnior 126 - Espaço

C&A - Shopping Nova América - Del Castilho

20765-000 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (+55 61) 2583-1027

[www.institutocea.org.br](http://www.institutocea.org.br)

Twitter: @InstitutoCeA

---



A presente publicação traz os principais resultados da pesquisa “Mídia e promoção da leitura literária para crianças e adolescentes”, que analisou a cobertura sobre o tema da leitura de literatura em 1.489 reportagens, artigos, colunas, editoriais e entrevistas publicados nos mais importantes jornais diários brasileiros entre 2008 e 2009.

Espera oferecer, com os dados disponibilizados, uma ampla radiografia da cobertura noticiosa sobre a questão, de forma a contribuir para uma visão mais clara dos desafios que se colocam para o processo de fortalecimento do debate público em torno dos programas e das políticas da área.